



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME BALBINO DE MORAES

**BRASIL COMO LÍDER INTERNACIONAL: ASPECTOS E INFLUÊNCIAS DO
SETOR MILITAR DE 2003 A 2010**

PORTO NACIONAL – TO

2019

GUILHERME BALBINO DE MORAES

**BRASIL COMO LÍDER INTERNACIONAL: ASPECTOS E INFLUÊNCIAS DO
SETOR MILITAR DE 2003 A 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Fernando José Ludwig.

PORTO NACIONAL – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M827b Moraes, Guilherme Balbino de.

Brasil como líder internacional: aspectos e influências do Setor Militar de 2003 a 2010. / Guilherme Balbino de Moraes. – Porto Nacional, TO, 2019.

69 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2019.

Orientador: Fernando José Ludwig

1. Política Externa Brasileira. 2. Liderança Internacional Brasileira. 3. Conselho de Segurança das Nações Unidas. 4. MINUSTAH. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUILHERME BALBINO DE MORAES

**BRASIL COMO LÍDER INTERNACIONAL: ASPECTOS E INFLUÊNCIAS DO
SETOR MILITAR DE 2003 A 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/10/2019.

Banca examinadora:

Fernando José Ludwig

Professor Dr. Fernando José Ludwig – Universidade Federal do Tocantins
(Orientador)

Dirceu Marchini Neto

Professor Dr. Dirceu Marchini Neto – Universidade Federal do Tocantins
(Examinador)

Ítalo Beltrão Sposito

Professor Dr. Ítalo Beltrão Sposito – Universidade Federal do Tocantins
(Examinador)

Porto Nacional – TO.

2019

Dedico esta obra aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Desde as primeiras escolhas feitas em minha vida, contei com o incentivo e o amor dos meus pais, Daniela e Julio, me motivando a ser o melhor que pudesse em quaisquer atividades que eu desempenhasse. Estiveram ao meu lado nos melhores e piores momentos, e sou ciente que assim será até o longínquo dia em que não tivermos mais uns aos outros. Ainda que o caminho das Relações Internacionais não fosse o que meus pais mais prezavam, eles depositaram todos os seus esforços em me apoiar e me motivar, mais uma vez a ser o melhor que eu puder. Sou profundamente grato a eles pelo que sou e ainda serei. Agradeço muito a Deus por colocá-los em minha vida, estar comigo em todas as ocasiões e me dar forças para concluir mais esta etapa da minha vida.

À Lorena devo o encorajamento e o amor, sendo a pessoa que sempre me lembrou do caminho do bem e me confortou nas horas difíceis. Lhe sou muito grato e você sempre poderá contar comigo da mesma forma que eu contei com você para conseguir alcançar meus objetivos e me sentir bem.

Ao restante da minha família, ainda que a distância e os longos períodos sem nos encontrar sejam difíceis, sei que estão torcendo por mim e ficam felizes com minhas conquistas. Obrigado.

Aos meus amigos verdadeiros estarei sempre agradecido, por tornar a minha vida, ainda que longe da família, mais prazerosa e feliz.

Aos bons professores do curso de Relações Internacionais, faço meus agradecimentos e desejo muito vigor para aprimorar a cada dia mais a nossa área. Agradeço principalmente ao meu orientador, Fernando Ludwig, que conseguiu me guiar para a realização deste trabalho, além de Dirceu, Ítalo e Rodolfo que também me deram grandes contribuições durante o curso e no final dele.

Together we stand, divided we fall.

Pink Floyd.

RESUMO

O contexto do sistema internacional posterior à Guerra Fria fomentou um momento de reordenamento da lógica internacional, oportunizando o aumento da projeção de países emergentes. Neste contexto, é retratada a iniciativa brasileira na busca de maior projeção internacional e de conquistar uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil se vale da cooperação e instituições internacionais, utilizando o contexto das operações de paz da ONU como estratégia para cumprir os objetivos pragmáticos da Política Externa Brasileira. O setor militar brasileiro se faz importante nas diligências do país, sendo utilizado como instrumento principal na participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), além de assegurar estrategicamente, aliado ao poder econômico, a liderança brasileira na América do Sul. O objetivo deste trabalho é identificar qual o perfil e a dimensão da liderança internacional exercida pelo Brasil de 2003 a 2010, buscando apontar o emprego do setor militar do país em tal liderança. Mediante a pesquisa é possível considerar que o perfil da liderança internacional do Brasil no período retratado como emergente e promissor, ascendendo à condição de país relevante no meio internacional, porém não se inserindo entre o primeiro escalão de potências militares e econômicas do planeta. A dimensão da liderança internacional do Brasil de 2003 a 2010 é avaliada como intermediária, tendo poder de influência moderado em muitas partes do planeta, porém sem capacidade de ser determinante nas políticas dos Estados influenciados. O setor militar brasileiro foi aplicado nesta conjuntura de forma pacífica e cooperativa, a fim de aumentar a integração entre o Brasil e as Nações Unidas, na inconclusa tentativa de alcançar a vaga permanente no Conselho de Segurança. As análises são pautadas na teoria do Realismo Ofensivo.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Liderança Internacional; Organização das Nações Unidas; MINUSTAH.

ABSTRACT

The scenario of the post-Cold War international system promoted a moment of reordering of the international conformation, giving rise to the growth of emerging countries international projection. In this context, is evinced the Brazilian initiative in the quest for greater international projection, aiming a permanent seat in the United Nations Security Council. Brazil draws on international cooperation and institutions, applying the context of UN peace operations as a strategy to reach the pragmatic objectives of the Brazilian Foreign Policy. The Brazilian military sector is important in the country's efforts, being used as the main factor within the Brazilian role in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), strategically securing, together with economic power, the Brazilian leadership in South America. The objective of this work is to identify the profile and the dimension of the international leadership exercised by Brazil from 2003 to 2010, seeking to point out the country's military sector employment in this leadership. Through the research it is possible to consider the profile of the international leadership exercised by Brazil in the portrayed period as emerging and promising, ascending to the condition of the relevant country in the international environment, but not being inserted among the greatest military and economic powers of the planet. The dimension of Brazil's international leadership from 2003 to 2010 is evaluated as an intermediary, having moderate influence in many parts of the world, but not being able to be decisive in the policies of the influenced states. The Brazilian military sector was applied in this conjuncture in a peaceful and cooperative way, in order to increase the integration between Brazil and the United Nations, in the unfinished attempt to obtain a permanent seat in the Security Council. The analysis is based on the Offensive Realism theory.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; International Leadership; United Nations Organization; MINUSTAH.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As fases das Operações de Paz da ONU.....	38
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Operações de Paz iniciadas pela ONU de 1948 a 2010.....	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDS – Conselho de Defesa Sul - Americano

Doc. – Documento

Ed./ed. – Edição

EUA – Estados Unidos da América

n. – número

Mercosul - Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti

ONU – Organização das Nações Unidas

p. – página

PEB – Política Externa Brasileira

pp. – páginas

RI – Relações Internacionais

SI – Sistema Internacional

UNASUL – União das Nações Sul - Americanas

v. – Volume

Vols. – Volumes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REALISMO OFENSIVO E CONTEXTUALIZAÇÕES	17
2.1 REALISMO OFENSIVO.....	19
2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
3 A LIDERANÇA INTERNACIONAL BRASILEIRA, AS NAÇÕES UNIDAS E O SETOR MILITAR	28
3.1 LIDERANÇA BRASILEIRA E O CONTEXTO INTERNACIONAL.....	28
3.2 A ONU E O BRASIL.....	34
3.3 O SETOR MILITAR BRASILEIRO: CONTEXTO E ATUAÇÕES.....	41
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
4 A MINUSTAH NO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	46
4.1 BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DO HAITI PRÉ-MINUSTAH.....	46
4.2 A CONCRETIZAÇÃO DA MINUSTAH E A PERSPECTIVA BRASILEIRA.....	49
4.3 APRECIÇÃO DO ENGAJAMENTO BRASILEIRO NA MINUSTAH ATÉ 2010.....	54
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

No período de 2003 a 2010, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil foi levado a assumir um papel de destaque entre os países em desenvolvimento, tendo forte poder de influência regional e servindo na vanguarda das economias emergentes, ao passo que liderava o fortalecimento de blocos regionais e obtinha parcerias em todos os continentes, por meio de suas numerosas atividades diplomáticas. Estes foram anos de franca ascensão econômica e de fortalecimento da projeção internacional do Brasil, apoiando-se nas instituições internacionais e agregando poderio militar, simultaneamente.

O presente trabalho visa a analisar a condição de liderança do Brasil no período de 2003 a 2010, o apoio das instituições internacionais e os aspectos e influências do setor militar nesta conjuntura. Serão abordadas desde questões pertencentes à raiz das Relações Internacionais (RI), até objetos contemporâneos do meio internacional, como as instituições. Este tema se faz relevante para as RI à medida que a estratégia brasileira para o desenvolvimento agrega diferentes pilares desta ciência.

O objetivo geral do trabalho é analisar se o Brasil se tornou uma liderança de 2003 a 2010 e qual o grau de influência do setor militar neste contexto. Tal objetivo será contemplado a fim de responder à seguinte pergunta de pesquisa: Qual o perfil e a dimensão da liderança internacional exercida pelo Brasil de 2003 a 2010?

Para buscar responder a pergunta de pesquisa será executada uma revisão bibliográfica sobre a liderança exercida pelo Brasil, conferindo-lhe poder para agir com projeção global à época e sobre as atuações do setor militar do país, e, por fim, será feito um estudo de caso sobre a atuação brasileira na MINUSTAH. Com o estudo de caso, pretende-se contemplar os principais elementos expostos no trabalho, sendo eles a iniciativa brasileira de integrar-se competitivamente às instituições e arranjos econômicos contemporâneos e a relevância que o meio militar exerce na tentativa brasileira de alcançar os objetivos de sua política externa.

A metodologia empregada no trabalho se valerá do método qualitativo (LAVILLE; DIONE, 1999, pp. 223-231), que será dado por meio da revisão bibliográfica, visando mensurar de forma interpretativa as questões abordadas. O método aplicará análises das ideias de diferentes autores, e a resposta à pergunta de pesquisa será elaborada a partir da comparação e contraposição destas ideias.

A presença do estudo de caso neste trabalho se justifica ao passo que a situação a ser retratada é uma materialização das ideias discutidas, um exemplo concreto das aspirações da política externa do Brasil no período analisado, demonstrando o desempenho do setor militar e relacionando-o ao cumprimento dos objetivos estratégicos do governo.

O marco teórico será dado, primordialmente, sob a ótica da teoria do Realismo Ofensivo, proposta por John J. Mearsheimer. Pretende-se que acepções de Mearsheimer acerca dos principais temas das Relações Internacionais proporcionem o arcabouço teórico necessário para analisar de forma completa e abrangente a situação da liderança regional e da influência do meio militar do Brasil de 2003 a 2010.

O trabalho está organizado em cinco seções: introdução, três capítulos de desenvolvimento e conclusão. O primeiro capítulo de desenvolvimento compreende a base teórica utilizada, contextualizando inicialmente o Realismo Ofensivo à realidade proposta no trabalho. Será feita uma breve descrição histórica do Realismo, visto que assimilar as premissas mais básicas da Teoria Realista é importante para compreender as ideias do Realismo Ofensivo. A posteriori, serão exibidos os principais preceitos do Realismo Ofensivo, contextualizando-os com as principais discussões ontológicas das RI e com a realidade brasileira a ser retratada nos capítulos seguintes; O segundo capítulo de desenvolvimento expõe a situação da liderança brasileira e correlaciona os passos da Política Externa Brasileira (PEB) e suas relações com a Organização das Nações Unidas (ONU) à função e atuações do setor militar do país, evidenciando a diversificação das iniciativas internacionais brasileiras e retratando as características da ONU mais relevantes a este trabalho; O terceiro capítulo de desenvolvimento contém o estudo de caso sobre a atuação

brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e as relações que esta diligência do governo brasileiro tem com seus objetivos estratégicos, principalmente no que tange ao objetivo específico de assumir uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), contemplando as ideias de diferentes autores a fim de alcançar uma compreensão própria acerca do assunto; Na conclusão serão apresentados os balanços das análises propostas pelo trabalho, relacionando-os aos objetivos elencados na introdução e à base teórica utilizada.

2 REALISMO OFENSIVO E CONTEXTUALIZAÇÕES

Questões fundamentais das RI, como o papel do Estado, a balança de poder no sistema internacional, a guerra (razões de sua existência e como evitá-la) e a anarquia internacional foram observadas por diferentes vieses teóricos desde a sua sistematização como ciência no início do século XX. Os diversos autores e filósofos envolvidos na elaboração das teorias são o referencial maior nos estudos das RI.

É convencional ao longo da história das Relações Internacionais como área científica, que os grandes passos rumo ao aprimoramento teórico e analítico foram dados a partir de debates entre teorias, que se desenvolveram ao longo da história, acompanhando as tendências e se adaptando às conjunturas globais. A realidade do Brasil nos anos de 2003 a 2010 será compreendida neste trabalho por meio do Realismo Ofensivo proposto por John Mearsheimer.

Para apreciar apropriadamente as ideias dispostas por Mearsheimer, é necessário compreender minimamente o contexto da Teoria Realista nas RI, observando sua relevância na história desta ciência e assimilando as evoluções teóricas ocorridas até a consolidação do Realismo Ofensivo.

Ainda que sob outras nomenclaturas (a definição de “Realismo” nas RI foi proposta apenas no século XX), as bases ideológicas da Teoria Realista começaram a ser consolidadas nos períodos medieval e moderno, muito anteriormente às Relações Internacionais serem sistematizadas enquanto ciência, principalmente por meio das ideias de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, tratados como os principais realistas clássicos (JACKSON e SORENSEN, 2013, p. 98). As premissas mais básicas da Teoria Realista, tais como a luta do Estado pela sobrevivência, o foco na segurança e a visão pessimista acerca da natureza humana, foram propostas inicialmente pelos autores do Realismo Clássico.

A partir da consolidação da área acadêmica das RI no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, são propostas as concepções teóricas no formato estudado atualmente, posto que a atual conjuntura do Sistema Internacional (SI) se deu a partir das grandes guerras e dos arranjos internacionais ocorridos neste

período. Pode-se afirmar que as teorias das RI são concebidas primordialmente a partir dos fatos deste século (NOGUEIRA e MESSARI, 2005. p. 14).

Já no contexto do século XX, Hans Morgenthau, considerado como o principal constituinte da corrente teórica do Realismo, realizou uma releitura das premissas herdadas dos pensadores clássicos (Tucídides, Hobbes e Maquiavel), adaptando-as ao contexto contemporâneo e conciliando-as ao formato atualizado das Relações Internacionais (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 34). Apoiando-se nas bases conceituais propostas principalmente por Hobbes e Maquiavel, Morgenthau relaciona o instinto primitivo da natureza humana à existência e posicionamento do Estado.

De acordo com Morgenthau (1965), homens e mulheres são por natureza animais: nascem para buscar o poder e usufruir seus frutos, que nas palavras do teórico é definido como *animus dominandi*: o “desejo” humano pelo poder (Morgenthau 1965: 192). Em função dessa ânsia pelo poder, os homens não procuram somente uma vantagem relativa, mas também um espaço político seguro, onde haja liberdade com relação ao comando político de outros. Esse é o aspecto da segurança de *animus dominandi*. E, certamente, o espaço político decisivo, no qual a segurança pode ser organizada e aproveitada, é o Estado independente (JACKSON e SORENSEN, 2003, p. 107).

Das definições de Morgenthau, reportadas por Jackson e Sorensen (2003, p.107) é possível observar o relevante nível de influência da natureza humana nas relações para o autor, sendo crucial na formação do Estado, principal ator das RI. Esta teoria é classificada por Jackson e Sorensen (2003, p. 113) como Realismo Neoclássico, e foi predominante nos estudos das RI durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, sobrepondo-se no debate contra seus teóricos antagonistas (os adeptos do Liberalismo), ao descrever “o mundo como ele é, e não como ele deveria ser” (JACKSON e SORENSEN, 2003, p. 143).

No contexto da Guerra Fria emerge o Neorealismo, inicialmente proposto pelo norte-americano Kenneth Waltz que também tem em sua constituição a retomada de características do Realismo Clássico, aliando-o a questões estruturais e científicas, tornando-o mais atual e contextualizado. Waltz (2002, pp. 16,17) argumenta que um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em

interação. A estrutura é a componente alargada do sistema que torna possível pensá-lo como um todo. Em razão da ênfase da estrutura dos sistemas, a teoria de Waltz é também conhecida por Realismo Estrutural. Em relação à estrutura do SI, o Neorrealismo mantém a anarquia como característica predominante, mas diferentemente do Realismo Clássico, admite a presença de outros elementos para além do Estado, ainda que estes não tenham autoridade sobre os Estados soberanos (unidades). Waltz sustenta que as estruturas definem as políticas dos Estados, em uma espécie de ciclo determinista.

Para Waltz (2002, p. 147) em uma estrutura anárquica como o sistema internacional, o mais primitivo e fundamental dos objetivos do Estado é garantir a sua sobrevivência enquanto ente soberano, posta a inexistência de uma instituição supranacional que possa salvaguardar a soberania e sobrevivência estatais. O Neorrealismo interpreta que o Estado deve manter poderio militar suficiente para garantir sua sobrevivência, mas excedentes de poder podem causar conflitos e inseguranças no SI.

Ao compreender as proposições de Morgenthau e Waltz, tem-se a base necessária para assimilar o Realismo Ofensivo.

2.1 Realismo Ofensivo

O Realismo Ofensivo pode ser sintetizado como uma teoria que visualiza o Estado de maneira agressiva, como um ator que deve se valer de todos os meios para garantir sua sobrevivência em meio à luta pelo poder, proveniente da anarquia internacional, apreciando o uso da força como uma forma plausível de garantia dos objetivos estatais, ao observar a natureza do Estado de forma cética e pessimista.

John Mearsheimer, em sua teoria do Realismo Ofensivo, observa a índole de autodefesa presente no Realismo Estrutural de Waltz e o caracteriza como uma concepção teórica defensiva, o chamando de Realismo Defensivo e discorda deste caráter. De acordo com as ideias do autor, o acúmulo de poder militar é profícuo para o Estado que o detiver, proporcionando-lhe uma condição privilegiada no SI. O

Estado é um ator agressivo e tem como natureza a busca pela hegemonia, além dos objetivos de sobrevivência no meio anárquico do sistema internacional (JACKSON e SORENSEN, 2013, p. 133).

Para Rezende (2014, p. 525), na compreensão do Realismo Ofensivo, a agressão interestatal não é indiscriminada, e para um Estado, se comportar de maneira ofensiva no sistema internacional significa aumentar os seus níveis de segurança. Tais premissas justificam, para Mearsheimer (2001), o fato de um Estado entrar em guerra e ferir a soberania de outros Estados quando for ameaçado, visando a sua proteção. E para lograr sucesso neste tipo de iniciativa ofensiva, o poderio militar se faz essencial, aproximando determinado Estado do cumprimento de seus objetivos no plano estratégico.

O Realismo Ofensivo sistematizou dois tipos de poder fundamentais aos objetivos estatais, o poder latente e o poder militar. O poder latente se refere ao potencial socioeconômico de um Estado e se mede pelo potencial econômico, tecnológico e populacional. Está relacionado à capacidade de um país competir com seus rivais em termos de desenvolvimento. As características contidas no significado de poder latente (economia, tecnologia, população) são a base para a obtenção do poder militar, posto que um Estado não pode consolidar o poderio militar sem estes elementos, principalmente a riqueza. O poder militar refere-se ao potencial bélico de um Estado, sendo primordialmente ligado à possibilidade de cumprir seus planos (MEARSHEIMER, 2001, pp. 60-61).

No segundo capítulo de desenvolvimento deste trabalho, será observado o poder latente do Brasil principalmente por meio de seu poderio econômico e suas iniciativas vanguardistas de integração internacional. O poder militar será apreciado por meio da constituição das Forças Armadas e suas atuações, em especial, a participação na MINUSTAH.

Wealth is important because a state cannot build a powerful military if it does not have the money and technology to equip, train and continually modernize its fighting forces. Furthermore, the costs of waging great- power wars are enormous (...) Although population size and wealth are essential ingredients of military power, I use wealth alone to measure potential power (MEARSHEIMER, 2001 p. 61).

Desta proposição é possível depreender algumas características necessárias a um Estado para que este se torne uma potência em termos militares, visto que o autor considera que o poder militar tem custos altos que apenas podem ser pagos por um país detentor de poder econômico, e, a conversão destes recursos em meios militares lhe será determinante.

Para Mearsheimer (2001, p. 60) o que define uma grande potência é a sua capacidade militar, e mesmo que determinado Estado detenha capacidades econômicas ou tecnológicas, este apenas se tornará uma potência se conseguir traduzir essas capacidade em meios militares. Ainda segundo o autor, a diplomacia só é efetiva para atingir o objetivo de uma potência quando é devidamente apoiada pela força ou ao menos uma ameaça crível do uso dela.

Como veremos no segundo capítulo, ocorrem iniciativas do Brasil em conquistar poder econômico por meio da cooperação e a tentativa em traduzí-lo em meios militares, buscando consolidar suas diligências de se tornar uma liderança internacional.

Além de garantir sua soberania e sobrevivência, o Estado detentor de grande poder bélico conquista a responsabilidade de influenciar no equilíbrio nas relações entre Estados.

With balancing, a great power assumes direct responsibility for preventing an aggressor from upsetting the balance of power. The initial goal is to deter the aggressor, but if that fails, the balancing state will fight the ensuing war (MEARSHEIMER, 2001, p. 156).

Tal poder de influência no equilíbrio internacional é uma característica notável dos Estados que o detêm. Baseando-se nas definições de natureza pessimista da humanidade e do Estado, presentes em toda a corrente realista, é possível observar que ao obter capacidades militares suficientes para influenciar a balança de poder do SI, o Estado detentor deste poder irá pender o equilíbrio das relações para o lado que lhe convir, obtendo constantemente ganhos excelentes a partir dos impasses e situações conflituosas que ocorrerem no meio internacional.

Estas formas de poder, se fazem deveras necessárias a partir da ocorrência da luta pelo poder, constante no SI. A teoria do Realismo Ofensivo sustenta que sempre existiu e sempre existirá luta pelo poder em todas as esferas globais, e à luz dessa afirmação é possível observar que a iniciativa brasileira rumo à liderança regional o proporciona poder para se impôr globalmente, e ainda que esta iniciativa não lhe confira a condição de potência global, é suficiente para que o Brasil se projete de forma mais proporcional e equitativa em relação aos países mais poderosos do meio internacional.

Das proposições do Realismo Ofensivo, destaca-se, a partir da relevância do tema para este trabalho, a discussão entre o papel do meio militar para as RI, ao passo que esta teoria defende o belicismo como meio de coerção principal nas relações interestatais, tendo uma ameaça militar plausível como o “fiel da balança” em uma negociação.

Correlacionando as acepções teóricas do Realismo Ofensivo, é possível obter uma visão ampla, mas ao mesmo tempo, profunda o suficiente para compreender o crescimento da economia e projeção internacional brasileiras, ocorrido no período dos Governos Lula, observando os movimentos em direção à cooperação internacional e a obtenção de poder bélico, ratificando o Brasil o maior detentor de poderio militar da América Latina (ALSINA, 2009, p. 181).

Um dos grandes debates das RI se dá sobre o tema cooperação internacional. No âmbito do Realismo Ofensivo, a iniciativa de cooperação entre Estados é vista como difícil de ser alcançada e mais difícil ainda de ser mantida, no entanto, é possível. De acordo com Rezende (2014, pp. 521-526), a teoria do Realismo Ofensivo é a teoria das RI que enxerga mais dificuldade para a cooperação transnacional, e, como afirma o autor, “A premissa básica do Realismo Ofensivo é o dilema da segurança, como elemento que leva à autoajuda e dificulta a cooperação internacional”.

Mearsheimer (2001, pp. 51) advoga que essa dificuldade se justifica, de maneira geral por dois fatores: as concepções e incertezas sobre os possíveis ganhos com a iniciativa de cooperação e a preocupação com possíveis trapaças,

sendo que para o autor, os Estados se veem sempre como potenciais inimigos, se não inimigos reais. Portanto, é notável mais uma vez a visão cética desta teoria acerca da natureza do Estado. Logo, para cooperar, os entes estatais devem considerar o quanto podem ganhar com a cooperação e como estes ganhos são distribuídos entre os Estados que cooperam. A tendência natural do Estado é preconizar apenas seus ganhos e não se esforçar para que seus parceiros também ganhem (MEARSHEIMER, 2001, p. 51).

De acordo com o Realismo Ofensivo, a forma mais plausível de cooperação é na área de defesa e segurança, quando um grupo de Estados tem inimigos em comum e forma uma aliança a fim de se livrar das ameaças (MEARSHEIMER, 2001, p. 52). Para exemplificar esta afirmação, o autor cita a aliança militar formada por Reino Unido, França e Rússia no contexto da Primeira Guerra Mundial, com a finalidade de derrotar a Alemanha.

Mearsheimer (2001; pp. 51-53) reforça que para se precaver de trapaças e conseguir alcançar seus objetivos na iniciativa de cooperação, um Estado deve possuir poder militar maior ou igual ao de seus parceiros, dissuadindo possíveis fraudes e tendo respaldo para seu plano estratégico. O autor afirma ainda que iniciativas de cooperação não são eficazes para prevenir conflitos futuros entre Estados que cooperam, baseando-se em exemplos concretizados no século XX e seus conflitos:

The United States and the Soviet Union also cooperated considerably during World War II, but that cooperation did not prevent the outbreak of the Cold War shortly after Germany and Japan were defeated. Perhaps most amazingly, there was significant economic and military cooperation between Nazi Germany and the Soviet Union during the two years before the Wehrmacht attacked the Red Army (MEARSHEIMER, 2001, p. 53).

É possível observar que ao cooperarem, os Estados que aliam suas formas de poder se aproximam mais facilmente de seus objetivos, principalmente no tocante à cooperação militar. É notável, tendo em vista os desdobramentos da história contemporânea, que as alianças militares formadas durante as guerras mundias foram as formas de cooperação mais determinantes nos rumos do SI. Tais

desdobramentos evidenciam o aumento do poder de um Estado a partir da via cooperativa, o que fomenta a discussão acerca das outras formas de cooperação, para além da esfera militar, serem benéficas ou não ao ente estatal.

Serão analisadas nos capítulos de desenvolvimento 2 e 3, iniciativas de cooperação tomadas pelo Brasil de 2003 a 2010 nos âmbitos de organizações internacionais e relações regionais, além da relevante cooperação em termos militares consolidada entre o Brasil e as Nações Unidas por meio da MINUSTAH. Pretende-se verificar, na quinta seção (Conclusão), os efeitos, benéficos ou não, destas iniciativas para o cumprimento dos objetivos estratégicos brasileiros.

Axioma amplamente abordado nas teorias realistas predecessoras, a anarquia do sistema internacional é também preponderante no Realismo Ofensivo, ao passo que seu autor principal concorda com a ausência de um poder superior aos Estados no meio internacional.

The first assumption is that the international system is anarchic, which does not mean that it is chaotic or riven by disorder. It is easy to draw that conclusion, since realism depicts a world characterized by security competition and war. By itself, however, the realist notion of anarchy has nothing to do with conflict; it is an ordering principle, which says that the system comprises independent states that have no central authority above them. Sovereignty, in other words, inheres in states because there is no higher ruling body in the international system. There is no 'government over governments' (MEARSHEIMER, 2001, p. 30).

Deste excerto, é possível observar a parte relevante da visão do Realismo Ofensivo sobre anarquia internacional, tendo-a como princípio ordenador do SI, e não como um sinônimo de conflito ou desordem. A anarquia representa a ausência de autoridade supranacional, colocando os Estados como atores políticos iguais enquanto instituição, o que os diferenciará em relação ao grau de relevância serão suas capacidades e competências. O princípio da anarquia internacional se faz impreterível na constituição da soberania estatal, assegurando, teoricamente, a não subordinação de um Estado a outro.

Pretende-se que a anarquia seja vista ao longo do trabalho como premissa da integração internacional brasileira, sendo executada a partir das estratégias próprias do Brasil, de forma voluntariosa, e não como forma de submissão aos interesses de

determinado Estado ou instituição, postas as premissas da anarquia internacional. Ainda que inexista uma instituição capaz de subordinar os Estados, ratificando o preceito de anarquia internacional, Mearsheimer reconhece que existem ciclos de ordens ou regimes mundiais, que representam tendências conjunturais no meio internacional, e não uma forma de poder capaz de subjugar ou subordinar os interesses do Estado. Tais regimes têm como regente das agendas da RI, os Estados mais proeminentes destas ordens e suas pretensões.

Outra característica relevante do Realismo Ofensivo é a preferência de seu autor por um regime internacional bipolar, em detrimento de uma configuração multipolar, visto que para Mearsheimer, a bipolaridade oferece mais possibilidades de estabilidade e paz ao arranjo de estados independentes em razão de:

Primeiro, o número de conflitos entre as principais potências é menor, reduzindo as possibilidades de uma guerra entre elas; o segundo é o fato de ser mais fácil operar um sistema efetivo de dissuasão, já que uma quantidade menor de grandes potências está envolvida; e, finalmente, como somente duas potências dominam o sistema, os riscos de julgamentos equivocados e acidentes são menores. São menos dedos no gatilho (JACKSON e SORENSEN, 2003, p. 123).

Na maior parte da segunda metade do século XX, a ordem internacional era bipolar, com o poder sendo exercido e dividido apenas entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Observando os acontecimentos deste período e comparando-o ao início do século XXI (com a ordem mundial multipolarizada), é possível observar a decorrência de mais conflitos armados internacionais no período da bipolaridade (IWM, 2018). A observação por este ponto de vista expõe esta fragilidade no Realismo Ofensivo, contrariando-o, ao passo que a multipolaridade da ordem mundial se mostra, ao menos numericamente, mais pacífica.

No período a ser retratado por este trabalho, a multipolaridade é a configuração de poder predominante no meio internacional, com os EUA sendo os maiores detentores de poder militar, mas, tendo fortes rivais nos setores da economia e tecnologia, por exemplo. Será retratada, na primeira subseção do capítulo seguinte, por meio das experiências brasileiras, a maior tendência de

cooperatividade do SI regido pela ordem multipolar proveniente do período posterior à Guerra Fria.

2.2 Considerações finais

Ao longo do capítulo foi evidenciada a importância de se compreender, ao menos basicamente, a trajetória do Realismo nas Relações Internacionais e seus principais teóricos para entender as ideias do Realismo Ofensivo. Observa-se, por meio das acepções expostas, que há relação direta entre as formulações teóricas das RI e os fatos do meio internacional, sendo os acontecimentos do século XX, o molde para os formatos teóricos atuais. Tais acontecimentos históricos serão relevantes também na consolidação do cenário brasileiro a ser discutido na terceira seção deste trabalho.

As orientações teóricas são dadas primordialmente a partir das ideias de John Mearsheimer veiculadas em *The Tragedy Of The Great Power Politics* e das sintetizações das ideias do autor, feitas por Jackson e Sorensen em “Introdução às Relações Internacionais”.

Nota-se o Realismo Ofensivo como uma teoria que observa o Estado de uma forma mais agressiva que as outras versões do Realismo, vendo no meio militar, principalmente, a maneira de manter sua soberania e garantir seus objetivos estratégicos. Se faz muito relevante nesta teoria, a tradução do poder latente em poder militar. Tal acepção se fará relevante a este trabalho por referenciar teoricamente e normatizar pela via teórica as ações militares do Brasil a serem discutidas nas seções posteriores.

À medida que o Realismo Ofensivo situa a luta pelo poder dentro (através da visão da natureza pessimista da humanidade) e fora (a luta pela sobrevivência e sobreposição de objetivos estratégicos) do Estado, é possível observar a ordem anárquica como o espaço conceitual no qual esta luta ocorre. A maneira pela qual a figura estatal lida com tais conflitos se faz muito relevante para concluir a natureza

deste Estado, observando-o como mais ou menos pacífico, dependendo de suas ações.

Buscou-se até o momento, pavimentar o caminho para a análise da conjuntura do Brasil como líder internacional de 2003 a 2010, aplicando a teoria do Realismo Ofensivo como a base teórica/ ideológica das considerações a serem feitas nas seções seguintes. As ideias formatadas por John Mearsheimer serão empregadas a fim de verificar se são total ou parcialmente aplicáveis ao contexto brasileiro.

A teoria será imprescindível para verificar o perfil da liderança exercida pelo Brasil de 2003 a 2010, e a análise poseterior pretende enquadrar o país como uma potência ou não e pretende verificar os níveis de poder latente e militar do Brasil.

3 A LIDERANÇA INTERNACIONAL BRASILEIRA, AS NAÇÕES UNIDAS E O SETOR MILITAR

Em 1º de janeiro de 2003, inicia-se o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil. A eleição do sindicalista e ex-metalúrgico iniciou uma série de alterações na política brasileira, desdobrando-se até 2010, quando se encerra o segundo mandato de Lula. De forma abrangente, é possível observar elementos como o crescimento econômico e a elevação da projeção internacional brasileira. Neste período, o ex-presidente esteve na vanguarda da diplomacia brasileira e teve papel importante para agregar valor à imagem do Brasil perante a comunidade internacional e angariar novas parcerias ao país.

Sob este contexto de crescimento econômico e valorização internacional do Brasil, acontecem as principais diligências brasileiras no sentido de integração com a ONU e o fortalecimento da participação do país nas organizações internacionais. A base da liderança internacional brasileira é a América do Sul, sua área de influência imediata, propagando-se por mais áreas do planeta a partir das iniciativas de diversificação diplomática e culminando na aspiração por um maior grau de integração à ONU, valendo-se do setor militar como ator principal de tal integração.

3.1 Liderança Brasileira e o Contexto Internacional

É notável ao longo da história o alto grau de interferência dos países anglo-saxônicos no desenvolvimento da América, os Estados Unidos, em especial, tiveram forte influência na parte sul do continente na segunda metade do século XX. No âmbito da Guerra-Fria é possível observar os EUA como fomentadores das ditaduras militares da América do Sul em uma intentona anticomunista (RAPOPORT e LAUFER, 2000. pp. 92-93) a partir da década de 60, tendo alto grau de influência nos processos de industrialização e da consolidação política e economia dos países sul-americanos à época.

O contexto apresentado justifica a presença estadunidense como guia político/ideológico dos rumos a serem tomados pelos países da América do Sul até o fim do século XX. No início dos anos 2000, quando ocorre uma mudança de direcionamento da política externa dos Estados Unidos, surgem as possibilidades de uma nova configuração regional e a ascensão de um líder deste novo arranjo.

Fiori (2011, p. 16) afirma que o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 foi um acontecimento determinante para o início do desenvolvimento regional autônomo da América do Sul, fazendo os Estados Unidos diminuírem a busca e a manutenção da hegemonia comercial em sua agenda, que desde o fim da Guerra Fria estava em uma iniciativa de expansionismo liberal, voltando as atenções para o aprimoramento de seu poderio militar e o combate ao terrorismo. Tal mudança política culminou em um grau importante de independência para os países sul-americanos, que saíram do enfoque da agenda política dos EUA e passaram a ter mais possibilidades de reger suas próprias pretensões.

O fato de este trabalho interpretar os primeiros passos da liderança internacional brasileira no contexto da América do Sul e não na América Latina como um todo, se justifica pela pertinência da dependência dos países da América Central dos Estados Unidos, ao passo que continuou, mesmo depois da mudança da agenda política dos EUA a partir de 2001, a ser território fértil para o domínio hegemônico e influência imediata dos EUA, o que impede estrategicamente o Brasil de ser a principal potência econômica ou liderança ideológica naquela região.

(...) Esta linha de inspiração grociana tem como ponto de partida o fato de a América do Sul constituir uma unidade física contígua, propiciadora de oportunidades de cooperação econômica. Esta pode ampliar vantagens comparativas em um processo de inserção competitiva na economia mundial, à medida que os vetores logística/transporte, telecomunicação/energia forem desenvolvidos para adicionar valor e reduzir custos, estimulando, num clima de paz, os elos do comércio e do investimento. A isto cabe acrescentar que nesta virada de século a economia da geografia aconselha a um novo enfoque para o conceito de América Latina. De fato, há de ter em conta que o México, em função de sua participação no NAFTA e a América Central e o Caribe, por obra da atração centrípeta da economia norte-americana, viram o seu grau de interdependência com o Norte aumentar ainda mais significativamente nos últimos anos. Por esse motivo, o futuro dessa parte da América Latina está cada vez mais vinculado ao que acontece nos Estados Unidos. A América

do Sul, em contraste, têm relações diversificadas, tanto no plano econômico quanto no político. Este é um dado da realidade contemporânea que lhe confere uma especificidade própria no contexto da América Latina, da qual cabe extrair as apropriadas consequências em matéria de política externa (LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*; 2004. pp. 54-55).

Além de apresentar o empecilho do Brasil em exercer liderança na América Central, o excerto de Lafer qualifica como próspero para iniciativas de cooperação o ambiente sul-americano, referendando o surgimento da oportunidade de o Brasil se tornar um líder na região.

A identificação ideológica entre os líderes da América do Sul catalisou as iniciativas de cooperação e foi um facilitador à abertura dos Estados para relações transnacionais na região. Os governos tinham cunho populista e presavam pelo fortalecimento do Estado-Nacional, tornando-o presente nas relações econômicas e sociais (FIORI, 2011). Esta circunstância impulsionou a atividade diplomática e consolidou um contexto de integração entre as estratégias nacionais sul-americanas, abrindo caminho para a possibilidade de existir um líder que representasse os interesses da região na esfera global.

O Brasil, como a maior economia da América do Sul (Banco Mundial, 2019) e o país detentor de maior poderio militar na região (SIPRI, 2019), tinha as condições necessárias para preencher o emergente cargo de líder regional. Em 2003, as aplicações brasileiras no setor militar passavam de 18 bilhões de dólares, e em 2010, último ano dos governos de Lula, ultrapassaram 29 bilhões, enquanto o volume gasto pela Colômbia, segunda maior potência militar no mesmo período se manteve entre 5 e 9 bilhões de dólares (SIPRI, 2019), quantia consideravelmente inferior. Verifica-se a partir desses dados o crescimento acentuado de investimentos no setor militar por parte do Brasil ao longo dos Governos Lula e a superioridade nesses números em relação aos países vizinhos.

Como uma liderança, o Brasil passaria a ter mais relevância para a comunidade internacional e capacidade para se tornar um Estado forte no SI, tal premissa é relevante para compreender os objetivos deste trabalho. Posta a possibilidade de ascensão do Brasil a um posto de alta projeção internacional, o país

toma iniciativas para fomentar a paz, e, por consequência o desenvolvimento regional, visto que para Lafer (2004, p.52) a paz na América do Sul é uma condição determinante nos níveis do desenvolvimento brasileiro.

De acordo com Fiori (2011, p. 18), o Brasil passou a atuar como pacificador da região e empreendeu iniciativas de integração entre os países da América do Sul, afastando relativamente os interesses destes Estados dos interesses dos EUA. O país protagonizou a iniciativa de aperfeiçoamento e expansão do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e esteve à frente da criação da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e do CDS (Conselho Sul-Americano de Defesa), além de ter atuado como pacificador em conflitos regionais ocorridos entre 2003 e 2010. A PEB à época se valeu primordialmente do fortalecimento das instituições internacionais e da diplomacia para cumprir seus objetivos integracionistas.

O Mercosul atinge sua forma mais efetiva na primeira década do século XXI, integrando as maiores economias da América do Sul e tornando-as aliadas principalmente através do livre comércio estabelecido pelo bloco regional. Foi responsável por sistematizar o direcionamento dos interesses das nações sul-americanas para o mesmo foco de desenvolvimento regional e cooperação em diversas áreas relevantes como a economia, ciência/tecnologia, educação e firmou a relevante zona de livre comércio e circulação entre os países do bloco (VISENTINI, 2013).

Com a maior economia, população e poder bélico da parte sul do continente americano, o Brasil formou, juntamente com a Argentina, a força que levou o Mercosul a este patamar inédito. O Brasil foi o maior financiador das instituições estabelecidas pelo bloco regional (FIORI, 2011).

Tendo a América do Sul como uma zona de influência imediata e estando no centro da sistematização das relações institucionais na região, o Brasil amplia sua força política e seu poder de barganha no meio internacional, alterando sistemicamente seu status de potência mediana para um Estado realmente influente no SI. Para Visentini (2013, p.113) os Governos Lula representaram um grau positivo de ruptura na imagem internacional brasileira, visto que os presidentes

anteriores tratavam o Brasil como atrasado em relação às nações ricas, demonstrando baixa autoestima diante do meio internacional, mas ao passo que Lula implementa sua agenda de governo, o país passa a enxergar-se com protagonismo e equivalência em relação às potências mundiais.

Visentini (2013, p. 111) considera que na primeira década do século XXI o Brasil se depara com um momento de reordenamento da lógica global rumo à multipolaridade, com o sistema internacional concluindo suas adaptações após o fim da Guerra-Fria, conforme abordado na segunda seção. O modelo repaginado da lógica global se deu com os Estados Unidos da América, vencedores do conflito ideológico, se projetando como a principal potência mundial. Muito embora os EUA tivessem se tornado um Estado com poderes (político, militar e econômico) consideravelmente superiores aos dos demais países, o fenômeno da globalização levou a ordem mundial rumo à multipolaridade, ao passo que práticas como cooperação e governança se tornaram centrais no meio internacional. O contexto das relações internacionais se tornara mais integracionista do que anteriormente, ampliando as possibilidades de aproximação transnacional.

Em meio a este contexto integracionista e de fortalecimento das instituições internacionais, o Brasil se lançou a iniciativas de cooperação em diversas partes do planeta, posto que uma marca importante da diplomacia brasileira nos Governos Lula é a ampliação do número de parceiros e a integração com diferentes tipos de Estados.

Tendo por base as iniciativas de integração transnacional e os esforços diplomáticos citados, é possível notar a evolução da projeção internacional do Brasil de 2003 a 2010, passando a diversificar seus empreendimentos de cooperação e assumindo uma autoimagem de protagonista das relações, visto que até a última década do século XX, a visão do governo brasileiro sobre seu próprio Estado era limitada e reducionista (VISENTINI, 2013, p. 114). Esta diversidade de parcerias é crucial para o Brasil se projetar como um líder internacional, pois expande suas zonas de influência e o torna reconhecidamente ativo em mais questões internacionais e em mais regiões.

Para além da esfera sul-americana, o Brasil empreendeu iniciativas de integração com os demais países emergentes, consolidando a formação dos BRICS. O grupo de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul teve suas primeiras menções logo no início do século XXI, feitas pelo economista Jim O'Neill ao observar em um artigo as aproximações e a emergência destes Estados no contexto global. São cinco países de proporções continentais e que somados, governam um número de pessoas próximo da metade da população mundial. O grupo de países passou a se articular em conjunto a partir da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, e seus principais desdobramentos se deram a partir de 2010 com a consolidação oficial dos BRICS (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 201-).

Se incluir em um grupo de Estados tão relevantes para o sistema internacional, composto por países com características análogas às do Brasil, pode ser considerado como o maior feito diplomático brasileiro na primeira década do século XXI fora de seu campo de influência imediata (FIORI, 2007, p.105).

A diversificação das iniciativas de cooperação do Brasil se deu também na África, consolidando um nível de aproximação elevado com o continente. Para Visentini (2013, p. 116), o Brasil alcançou a possibilidade de se tornar um ator influente na África, adquirindo mais um foco de influência no contexto global e aproximando o país de pautas importantes do SI como as questões no Oriente Médio e os conflitos internacionais da África, além de abrir novos mercados à economia brasileira.

O Brasil se aproxima estrategicamente não apenas de seus países vizinhos, mas também de países considerados potências regionais com relativa importância internacional (SARAIVA, 2007, p.43). Tais iniciativas diversificadas de aproximação com Estados considerados periféricos no plano internacional, inéditas até então na PEB, são conhecidas no meio das RI como Cooperação Sul-Sul.

Muitos esperavam um comportamento internacional baseado em visões ideológicas e um presidente despreparado. Mas o que se viu foi uma diplomacia dotada de sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance e

um presidente que se revelou uma liderança carismática de nível mundial (VISENTINI, 2013, p. 112).

Neste trecho, Visentini valoriza a ação de Lula da Silva no contexto de desenvolvimento retratado. O ex-presidente intensificou as iniciativas diplomáticas do Brasil e se fez presente nas tratativas internacionais mais importantes. A imagem que Lula projetava para o mundo representava a ascensão brasileira na economia e diplomacia, e a impulsionava. O país empreendeu iniciativas sem depender das grandes potências, fator muito relevante por poder ser protagonista nas relações e obter melhor aproveitamento delas. Nota-se que as iniciativas brasileiras em diversificar suas relações, são importantes no contexto da liderança exercida pelo Brasil de 2003 a 2010.

3.2 A ONU e o Brasil

Os arranjos internacionais na forma de instituições e organizações transnacionais foram responsáveis por reestruturar as discussões teóricas das RI, ao passo que estimularam a cooperação e amplificaram a área de atuação dos Estados. As instituições internacionais, na conjuntura atual do SI, têm inegavelmente um papel importante, sendo responsáveis por organizar os maiores fóruns e rodadas de negociação interestatais.

Analisando suas dimensões e estruturas, se faz de comum acordo no meio das RI, que a Organização das Nações Unidas é a principal instituição internacional atualmente, sendo que praticamente todos os países do mundo são membros e que comanda a ação de vários órgãos importantes e instituições adjacentes. Criada em 1945 a partir da “Carta da ONU”, a fim de assessorar a reestruturação do sistema internacional (que acabara de enfrentar a 2ª Guerra Mundial), a ONU tem como escopo a cooperação internacional pela paz e pelo desenvolvimento (CARTA DA ONU, 1945).

A instituição é composta por seis órgãos principais: Assembleia Geral; Secretariado; Conselho Econômico e Social; Corte Internacional de Justiça;

Conselho de Tutela e Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 2011), sendo o último, de suma importância para os objetivos deste trabalho.

O Conselho de Segurança é o órgão responsável pela paz e segurança internacionais, é composto por 15 membros, sendo 5 permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido), detentores do direito de veto, e 10 membros não-permanentes ou temporários, eleitos pela Assembleia Geral a cada dois anos. O CSNU é o único órgão com poder decisório na ONU, significando que suas decisões devem ser cumpridas e acatadas por todos os membros das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 20--). Compete ao Conselho de Segurança decidir sobre as intervenções militares nos conflitos internacionais, e o órgão é o responsável por criar as operações de paz da ONU. O poder de vetar as pautas do Conselho de Segurança é um fator muito relevante no meio internacional, conferindo aos membros permanentes, a capacidade de influenciar diretamente as principais agendas do SI.

De acordo com Bracey (2011, p. 317), durante o período da Guerra Fria, o Conselho de Segurança ficou embargado devido aos recorrentes conflitos de ideias entre Estados Unidos e Rússia (na época, URSS), dois dos detentores do direito de veto na instituição. A situação permaneceu assim até os anos 1990, alterando-se apenas com o fim da Guerra Fria. A partir do destravamento do Conselho de Segurança, a ONU, gerida primordialmente pelas principais potências globais, tem a possibilidade de operar em sua forma plena, tendo como destaque em meio às suas ações, a instauração de operações de paz em regiões de crises humanitárias e guerras. As intervenções executadas por meio das operações de paz podem ser interpretadas como a forma mais eloquente e incisiva de ação desta instituição. O Brasil já completou 10 mandatos como membro não-permanente do CSNU, nos anos de: 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05 e 2010-11 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 201?).

As operações de paz da ONU são iniciativas da instituição para promover a paz em regiões conflituosas, por meio do destacamento de tropas militares, policiais e civis até essas regiões a fim de mediar os conflitos e proteger as populações.

Essas operações são amparadas nos preceitos estabelecidos pela Carta da ONU em seus capítulos VI e VII, significando para a ONU a obrigação moral de preservar e proteger as populações de determinados países quando o Estado não é capaz de fazê-lo e combater ameaças à paz e segurança internacionais (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p.13).

O capítulo VI da Carta da ONU, denominado “Solução Pacífica de Controvérsias”, tem caráter amistoso e em seus 6 artigos, expõe as possíveis iniciativas pacíficas de observação e mediação de conflitos e situações controversas da comunidade internacional. Cabe ao Conselho de Segurança sistematizar e executar as iniciativas pacíficas expostas no capítulo VI (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, pp. 25-28). O capítulo VII da Carta da ONU é intitulado como “Ação Relativa a Ameaças de Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão”. Esta seção da Carta das Nações Unidas prevê a forma mais incisiva de suas ações, possuindo 13 artigos que preveem e regulam a intervenção militar em casos extremos de ameaça a paz e segurança internacionais (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, pp. 29-35). O capítulo pode ser interpretado como polêmico por prever a intervenção na soberania de um Estado, um dos princípios edificadores das Relações Internacionais.

Segundo as Nações Unidas (2008, p. 31), as operações são instrumentalizadas com base em três princípios fundamentais: Consentimento das partes; Imparcialidade; Não uso da força, exceto em autodefesa e defesa do mandato. Segundo a organização, tais princípios devem ser os guias das operações e devem ser aplicados tanto nos quartéis da ONU, quanto em campo (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 31). A aplicação destes princípios e a instrumentalização das missões de paz são alvo de constantes críticas (que não serão abordadas neste trabalho) devido a conflitos de interesse e possíveis ações tendenciosas por parte dos membros do Conselho de Segurança.

A UNTSO (United Nations Truce Supervision Organization), primeira operação de paz das Nações Unidas se iniciou em 1948 (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 200-), tendo um caráter restritamente observador e mediador no

conflito entre Israel e os países árabes vizinhos, sem pender, ao menos em teoria, para nenhum dos lados da disputa. Tal caráter de observação se manteve durante o período da Guerra Fria, quando foram executadas, comparando ao período posterior, poucas operações de paz (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 2018) por conta do bloqueio funcional do Conselho de Segurança como se observa na tabela a seguir.

Tabela 1 – Número de Operações e Paz iniciadas pela ONU de 1948 a 2010

Período:	Número de Operações de Paz Iniciadas pela ONU
1948 a 1970	10
1971 a 1991	13
1992 a 2010	42

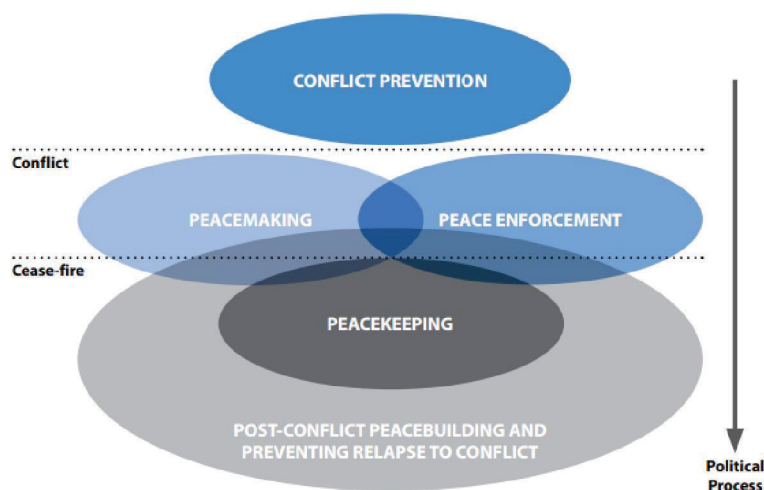
Fonte: United Nations Peacekeeping, 2017?

Nota: dados trabalhados pelo autor.

Observa-se na tabela acima o aumento intenso do número de operações instauradas pelo Conselho de Segurança a partir da década de 1990, que multiplica suas ações com a dissolução do entrave ideológico entre EUA e Rússia. Com o fim da Guerra Fria, as operações de paz das Nações Unidas são consideravelmente modificadas, adquirindo caráter mais influenciador nos rumos dos conflitos e na conjuntura dos países em questão. As operações passaram a abranger mais áreas para além da observação e mediação, sendo executadas com finalidades mais incisivas, como a promoção da democracia, o desarmamento e a reestruturação socioeconômica dos Estados afetados.

No contexto das operações de paz, se faz importante compreender a divisão entre as finalidades e fases das intervenções das Nações Unidas:

Figura 1 - As fases das Operações de Paz da ONU



Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 19.

A ONU, no formato atual das operações de paz consolidado a partir do fim da Guerra Fria, empenha-se em agir nas diferentes etapas dos conflitos internacionais, desde a prevenção, até reparos das eventuais consequências destes conflitos. Tendo como base a figura acima e os conceitos propostos pelas Nações Unidas (2008, p.17), entendimentos sobre os elementos das operações de paz serão desenvolvidos nos parágrafos a seguir. Tais elementos não devem ser vistos essencialmente com linearidade, mas sim como iniciativas complementares e interdependentes, posto que a Figura 1 é ilustrativa e representa os processos das operações de paz na esfera teórica.

Fase primária das operações de paz das Nações Unidas, “Conflict Prevention”, a prevenção de conflitos, se dá a partir de medidas estruturais e/ou diplomáticas na tentativa de controlar os conflitos inter ou intraestatais antes que alcancem a esfera da violência. Devem ser feitas as análises profundas das causas que estão levando ao conflito, o desenvolvimento de mecanismos de alerta prévia e a captação de informações. A prevenção pode se valer de tipos diversos de iniciativas diplomáticas, como a influência direta do secretário geral da ONU,

relacionamento entre líderes de Estado e instituições internacionais e devem ser consolidadas medidas de construção de confiança (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 17).

Quando a prevenção de conflitos instrumentalizada pela ONU é insuficiente para evitar a eclosão dos conflitos, faz-se necessário o “Peacemaking” (do inglês, pacificação), que envolve iniciativas diplomáticas durante a ocorrência dos conflitos a fim de levar as partes opositoras a negociarem um acordo. O secretário geral pode, a partir da requisição do Conselho de Segurança ou da própria iniciativa, exercer influência para aproximar os lados hostis. Pode envolver também a ação de uma gama de atores empenhados na resolução do conflito, desde atores estatais a iniciativas independentes (NAÇÕES UNIDAS, 2008, pp. 17-18).

O “Peace Enforcement” (execução ou implementação da paz) aplica, mediante a autorização do Conselho de Segurança, uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso da força militar. Tais ações, que podem ser consideradas drásticas no meio internacional, são tomadas a fim de restaurar a paz e a segurança internacionais em situações que o CSNU determina a existência de ameaça e violação da paz ou ato de agressão. Podem ser utilizadas instituições regionais e agências de segurança sob autorização do Conselho de Segurança (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 18). É apreciado como a forma mais incisiva do meio das operações de paz, quando aplica a intervenção militar e posiciona-se no conflito, combatendo as ameaças ponderadas pelo CSNU.

Em um contexto no qual as demais etapas das operações de paz já foram efetuadas, dá-se o “Peacekeeping” (manutenção da paz), sendo a iniciativa de preservar a paz, que pode estar fragilizada, após a cessão dos conflitos e de amparar a execução de acordos. A manutenção da paz envolve a observação do cessar-fogo nos conflitos e a separação das forças militares após o fim dos combates. Este elemento das operações de paz envolve militares neutros, policiais e civis a fim de preservar a paz e instaurar bases para torná-la sustentável nas regiões em que são desenvolvidas (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 18).

Englobando os demais conceitos retratados, existe o “Peacebuilding” (construção da paz), que consiste na iniciativa profunda da ONU em estruturar os

Estados que enfrentaram ou podem enfrentar conflitos armados, a fim de proporcionar-lhes desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade da paz. Geralmente, é um processo complexo e duradouro, visando eliminar as causas estruturais dos conflitos. O “Peacebuilding” é desenvolvido para tornar o Estado capaz de desempenhar suas funções corretamente e poder preservar a paz autonomamente a partir do fim da operação da ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 18).

A política externa brasileira no começo do século XXI utiliza o contexto das operações de paz da ONU como tentativa de se integrar mais à instituição e se tornar uma referência para a comunidade internacional dentre os países da América Latina. Entre a última década do século XX e a primeira do XXI, o Brasil teve sua maior série histórica de participações em missões das Nações Unidas atuando em Angola, Timor-Leste, Moçambique entre outros, mas foi em 2004, a partir da situação da crise humanitária do Haiti, que surgiu a principal frente de atuação brasileira nas operações da ONU. A MINUSTAH foi liderada pelo Brasil e marcou o momento de maior aproximação do país com os objetivos pragmáticos da PEB, em se tornar uma liderança e um membro permanente do Conselho de Segurança.

As contribuições do Brasil para as missões de manutenção da paz também estão ligadas a objetivos pragmáticos de sua política externa. Brasília adere fortemente ao multilateralismo e percebe sua participação em organizações internacionais como um mecanismo de correção dos desequilíbrios no sistema internacional, que favorecem as nações mais ricas (MONTERO, 2005, p. 129).

A pretensão brasileira em se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas se dá a partir de debates e ideias sobre a reforma dos órgãos e estruturas da ONU, que se sucederam no contexto do fim da Guerra Fria, impulsionados pelas mudanças da conjuntura global e as alterações da ordem de poder no sistema internacional.

A resolução 46/62 da Assembleia Geral de 11 de dezembro de 1992 convidou os Estados membros a apresentarem propostas referentes à reforma do Conselho de Segurança e mais de 100 países apresentaram

sugestões. A 47ª sessão da Assembleia Geral decidiu criar um grupo especial de trabalho para discutir a expansão do Conselho de Segurança.

A aceitação o princípio de ampliação deste órgão, a inclusão da Alemanha e do Japão, mesmo que com um status especial, e a necessidade de encontrar uma fórmula para a representação de países da Ásia, África e América Latina é o consenso mínimo do qual partem as discussões. A criação de uma terceira categoria de membros semi-permanentes ou membros permanentes sem direito a veto, ou o “meio veto” são algumas das sugestões em pauta (HERTZ, 1999, p. 86).

O trecho de Hertz retrata parte da origem da pretensão brasileira acerca do CSNU, evidenciando a falta de um representante permanente do “sul global” no órgão e a abertura de uma possível deliberação para suprir essa falta. Ainda segundo a autora, a necessidade de haver um representante das áreas periféricas do globo era reconhecida pela comunidade internacional à época (HERTZ, 1999, p. 86), e a escolha de qual Estado desempenharia este papel gerou uma expectativa ao Brasil em assumir um papel privilegiado e inédito no meio internacional.

3.3 O Setor Militar Brasileiro: Contexto e Atuações

Analisando desde o contexto das Guerras da segunda metade do século XX até os desdobramentos atuais e agregando elementos teóricos do Realismo Ofensivo, evidencia-se uma característica impreterível das potências militares capazes de influenciar o equilíbrio mundial: a posse de poder nuclear. Ao poder nuclear empregado pelos Estados Unidos em 1945, pode ser atribuído o fim da Segunda Guerra Mundial, gerando o poder de coerção necessário para colocar fim ao conflito. A partir de então, esta forma de poder foi a base do equilíbrio e da não eclosão de batalhas diretas entre as duas potências da Guerra Fria (WALTZ, 1993, p. 45), tendo na ameaça recíproca da destruição em massa, a razão para os dois polos não terem se atacado diretamente.

O Brasil é signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e é ativo na comunidade internacional para combater a difusão deste tipo de armamento, além de se posicionar a favor da eliminação das armas nucleares já existentes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 20--). Sendo assim, o

Brasil não é detentor de poder nuclear para fins militares, impossibilitando-o de influenciar direta e propositadamente na balança da paz global conforme a premissa de equilíbrio pelo medo exposta no parágrafo anterior.

Ainda que no período de 2003 e 2010 não figurasse entre os 10 maiores países do mundo em gastos com poderio militar e não fosse detentor de poder nuclear, o Brasil é a maior potência militar da América Latina (SIPRI, 2019) nestes anos. Pode-se considerar o histórico relativamente pacífico dos países latinos, se comparados a outras regiões, e a ausência de conflitos territoriais regionais como a justificativa de os países da região não figurarem entre os maiores investidores em poder bélico.

Para Oliveira e Onuki (2000, p. 109), o Brasil não tem excedente de poder para influenciar ou determinar a ordem internacional, mas tem capacidade para organizar seu espaço regional. É possível observar que o Brasil não detém poder suficiente para ameaçar os países de todo o mundo, mas têm capacidade de influenciar sua região, e isso é muito relevante para se tornar um líder internacional e se projetar globalmente.

Partindo das ideias sobre acúmulo de poder bélico de Mearsheimer, é possível analisar a superioridade militar brasileira em relação aos demais países da América do Sul, como um fator determinante no poder de influência do Brasil sobre os demais países da região, ainda que sem poder global de influência pela via coercitiva. O Brasil tem a possibilidade de exercer uma função análoga à de uma hegemonia regional, pois mesmo que não se envolva em conflitos bélicos de fato, o país oferece uma ameaça plausível aos demais Estados da região.

Em um país historicamente pacífico como o Brasil, a função das Forças Armadas é recorrentemente contestada, posto que boa parte da comunidade nacional compreende o setor militar como sendo útil apenas durante a ocorrência de guerras. Embora a função central e edificadora do meio militar possa ser acreditada na proteção da soberania nacional em caso de invasões ou guerras, são também de grande importância as funções cotidianas e o papel estratégico das Forças Armadas. Esse quadro se aplica ao contexto regional do Brasil, pois os países da

América do Sul enfrentam problemas de segurança similares, tendo a ausência de guerras formais por um lado, mas tendo elevados índices de violência social, por outro (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 21).

Em meio às funções regulares e cotidianas do setor militar brasileiro, podem ser observadas o controle das fronteiras, o combate ao tráfico de drogas e a proteção de recursos naturais nacionais. Tais funções se fazem relevantes às relações exteriores por envolverem situações concernentes não só ao Estado Brasileiro, pois as questões aduaneiras e do crime organizado se dão na esfera transnacional e podem gerar iniciativas pontuais de cooperação militar internacional.

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cuja criação foi largamente estabelecida por meio da iniciativa brasileira, é um exemplo importante da cooperação regional para fins militares posta em prática entre 2003 e 2010. No período de sua criação, em 2008, o CDS conta com a membresia de 12 países sul-americanos, visando o alinhamento das estratégias de defesa dos Estados da América do Sul e a contribuição transnacional para o desenvolvimento militar da região, a fim de estabelecer a paz regional e a qualificação para agir em possíveis situações de conflitos internacionais (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008, pp. 65-117).

Ainda que as forças militares do Brasil sejam inviáveis para a conquista de possíveis objetivos do país pelas vias coercitivas no contexto global, se comparadas às principais potências militares, o meio militar se faz útil na estratégia brasileira de inserção internacional. O efetivo do Brasil direcionado para a MINUSTAH será retratado como um exemplo de aplicação pacífica das Forças Armadas visando à garantia dos objetivos pragmáticos do país.

3.4 Considerações finais

O capítulo expôs a possibilidade de desenvolvimento regional autônomo da América do Sul como ponto inicial da liderança internacional brasileira, desencadeando-se a partir do contexto do fim da Guerra Fria e do reordenamento

do sistema internacional. O fim do conflito bipolar alterou a lógica global no sentido de possibilitar novos arranjos internacionais e alterações no funcionamento da ONU.

Foram referenciados autores que concordam com o direcionamento do desenvolvimento regional adotado pelo Brasil, considerando a América do Sul um território profícuo para a cooperação e integração socioeconômica. O posicionamento brasileiro de alavancar o Mercosul e demais instituições regionais, distanciando o grupo de países do domínio hegemônico dos EUA, e se inserir como uma liderança na região é visto com sensatez e sentido lógico pelos autores aplicados.

Além da inserção regional, o Brasil adota iniciativas de cooperação com outros Estados emergentes e consolida relações diversificadas com países de outros continentes. Destacam-se dentre essas iniciativas, a participação brasileira nos BRICS e a aproximação proeminente com o continente africano. As ações de associação diversificada do Brasil com países “não centrais” do meio internacional se insere no conceito de Cooperação Sul-Sul e viabiliza as relações a se darem com mais equidade e equilíbrio entre os Estados. A partir dessas iniciativas, as zonas de influência brasileira no SI se expandem. Em meio a essas formas de inserção internacional do Brasil, destaca-se a figura do presidente Lula como uma referência carismática e agregadora, tomando frente das diligências diplomáticas do país.

Foi também retratada no capítulo a relevância da Organização das Nações Unidas para o sistema internacional, evidenciando parte das funções de um dos seus principais órgãos, o Conselho de Segurança. A partir das atribuições do CSNU, é evidenciado o contexto das operações de paz da ONU e alguns fatos e dados relevantes relacionados a estas operações. Na seara das missões de paz, destaca-se para este trabalho a MINUSTAH, a partir da importante participação brasileira, relacionada ao objetivo estratégico da PEB de se integrar ao Conselho de Segurança. Tal objetivo se dá a partir do vislumbre das possibilidades de reformas da ONU no contexto do pós Guerra Fria e a reconhecida necessidade de haver uma representação do Sul Global no CSNU.

Na última subseção deste capítulo, foram evidenciadas brevemente as condições do poderio militar brasileiro comparado ao poderio dos demais Estados da América do Sul e do centro do poder militar global. Fez-se evidente a inviabilidade de o Brasil medir forças com as potências militares, mas ainda assim, o setor militar brasileiro se faz relevante aos objetivos estratégicos do país por ser superior aos poderios bélicos dos demais países do contexto regional e ser aplicável na instrumentalização dos propósitos brasileiros em relação às Nações Unidas, por meio da participação nas operações de paz, principalmente a MINUSTAH, a ser abordada no capítulo a seguir.

4 A MINUSTAH NO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Em 2004, impulsionadas pelo contexto de instabilidade política e crise humanitária no Haiti, a ONU cria a MINUSTAH, visando à reestruturação do Estado haitiano e a construção da paz. Ao Brasil, que já contava com uma trajetória de participações, ainda que tímidas, em operações de paz, é concedido o comando militar da MINUSTAH, que aceita tal responsabilidade e a enquadra como estratégia para alcançar os objetivos da PEB. Sob a administração de Luís Inácio Lula da Silva o Brasil inicia a sua participação mais proeminente na história das operações de paz das Nações Unidas, empregando o meio militar brasileiro como ferramenta principal do cumprimento da participação brasileira na MINUSTAH.

4.1 Breves aspectos históricos do Haiti pré-MINUSTAH

O Haiti é um país pequeno, situado na Bacia do Caribe e geograficamente próximo dos Estados Unidos, foi a mais próspera das colônias francesas na América, no ponto de vista dos colonizadores, entre os séculos XVII e XVIII, tendo sua economia lastreada na produção de açúcar para exportação e na mão de obra escrava. Denominado de Saint-Domingue naquele período, o país passa pela primeira de sua série de transformações políticas a partir do contexto da Revolução Francesa, no final do século XVIII, que oportunizou uma revolta liderada por escravos e membros da elite crioula contra os colonizadores (GORENDER, 2004, pp. 295-301).

A luta pela independência durou até o início do século XIX, quando em 1804 o Haiti se tornou a segunda colônia a obter independência na América. Nas duas primeiras décadas dos anos 1800, a única república negra do mundo, até então, passa a reestruturar o país a fim de romper com o sistema de gestão colonial herdado da França. A instabilidade política prevaleceu durante o século XIX, até os Estados Unidos realizarem uma intervenção de poder militar no país em 1915,

movidos pela política do *Big Stick*, instaurando um regime estadunidense de governo que duraria 19 anos. O regime norte-americano conduziu o Haiti a certos níveis de desenvolvimento econômico, mas foi incapaz de consolidar a estabilidade política. O fim deste período de governo se deu em 1934, novamente, a partir de revoltas dos movimentos negros de resistência nacional (GORENDER, 2004, pp. 295-301).

A partir do fim do regime norte-americano, os governos do Haiti geraram outra fase de instabilidade política, consolidada pela ingerência socioeconômica do Estado. Nas décadas de 1930 a 1950, o uso da violência para a manutenção da ordem estatal era recorrente e constantemente havia influência e atividades das forças armadas estadunidenses (MATIJASCIC, 2010, pp. 7-12).

Em 1957, é eleito democraticamente o presidente François Duvalier, apoiado pelos EUA em uma ação preventiva contra a proliferação do comunismo no Haiti. Sete anos após sua eleição, em 1964, Duvalier, que era apoiado pelas forças militares e elites econômicas do país, se declara presidente vitalício, governando o Haiti autocraticamente até sua morte, em 1971. A presidência do país é assumida por Jean-Claude Duvalier, filho do presidente anterior, que também é declarado presidente vitalício, apoiando-se, assim como o pai, nas elites econômicas e militares para manter seu regime. A partir da década de 70, a divulgação internacional dos desrespeitos aos direitos humanos cometidos pelo governo, aliada ao enfraquecimento econômico haitiano, começaram a debilitar o regime autocrático. Em 1986, a pressão da sociedade haitiana culminou em um forte levante popular que resultou na deposição e exílio do presidente e autoridades militares (MATIJASCIC, 2010, pp. 12-14).

Com o fim da “Dinastia Duvalier”, o Haiti é gerido por governos interinos até 1988, quando Leslie Manigat é eleito presidente. A partir de então, ocorre uma sucessão de golpes de estado, partindo de diferentes partes da sociedade política haitiana. Em 1990 é eleito com expressivos 67% dos votos, Jean Bertrand Aristide, e poucos meses após sua posse, é alvo de um novo golpe de estado no país, promovido por membros do setor militar. Neste contexto, a ONU determina um bloqueio econômico ao país em razão do não reconhecimento do governo

instaurado pelo golpe e isto agrava a situação social haitiana. Se deu a escalada da violência no país e o surgimento de grupos paramilitares, tanto de oposição quanto favoráveis ao governo. Em resposta a esse quadro de pobreza e violência, o Conselho de Segurança aplica o capítulo VII da carta da ONU, instaurando a UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti), primeira missão de paz de caráter impositivo na América, através da resolução 940 (LUCENA, 2013, pp. 18-21).

O Brasil, que era membro não permanente do CSNU entre 1993 e 1994, absteve-se das votações concernentes ao tema por não concordar com o caráter impositivo da intervenção da ONU. Como resultado da intervenção militar das Nações Unidas, Jean Bertrand Aristide é rapidamente recolocado no poder e as forças militares opostas a ele são controladas (VALLER FILHO, 2007, p.144).

Aristide governou o Haiti até 1997 com relativa tranquilidade, sem golpes de estado. Até que neste ano, a partir de sua separação de seu partido, subdividem-se as alianças feitas a fim de manter a governabilidade do Haiti, fazendo com que o quadro político tornasse-se caótico mais uma vez. Ocorre uma série de desentendimentos entre a classe política do país, culminando na intensificação da pobreza e conflitos novamente. A comunidade internacional tentara mediar a situação política no final do século XX, mas não obteve sucesso. Aristide passou a se valer de grupos de militares e mercenários para manter-se no poder, em resposta a iniciativas rebeldes fomentadas por seus opositores políticos.

A Organização dos Estados Americanos empreendera, sem sucesso, uma iniciativa de pacificação do conflito e de realização de novas eleições através do envio de mediadores civis e tropas militares ao Haiti em 2003 e no início de 2004. Acontecia a escalada da violência novamente, por meio dos conflitos entre rebeldes e os aliados do governo. Nos anos seguintes, as forças rebeldes dominaram cidades importantes e boa parte do norte do Haiti. Em 2004, era iminente a tentativa de invasão a Porto Príncipe, capital do país, o que evidentemente resultaria em muitas baixas civis e militares (VALLER FILHO, 2007, pp.148-151).

Em 29 de fevereiro de 2004, o presidente Aristide renuncia e parte para o exílio, aumentando ainda mais o vácuo de poder e a instabilidade política no país,

além de impulsionar a insurgência de ainda mais grupos paramilitares. Ainda em 29 de fevereiro, um representante do Haiti na ONU, submeteu a carta de renúncia de Aristide ao Conselho de Segurança juntamente a um pedido de assistência ao país. Na mesma data, o CSNU criou a Força Multinacional Provisória (MIF), formada por tropas estadunidenses, francesas e chilenas com o objetivo de conter os conflitos imediatos no Haiti (LUCENA, 2013, pp. 18-21).

A criação da MIF se deu pela resolução 1529 do CSNU, e teve a aprovação com ressalvas do Brasil (membro temporário do Conselho de Segurança naquele ano), que considerou aquela resolução impositiva e contrária à soberania haitiana por ser baseada no capítulo VII da Carta da ONU, assim como ocorrera na década anterior, quando o mesmo capítulo foi invocado para justificar o envio de tropas (LUCENA, 2013, pp. 18-21). Apesar de ter votado favoravelmente à resolução 1529, o Brasil se negara a participar da intervenção, alegando que o país ajudaria na situação haitiana em um momento posterior, quando a intervenção fosse baseada no capítulo VI (BRACEY, 2010, p. 318).

A situação haitiana foi superficialmente acalmada com a atuação da Força Multinacional Provisória, mas ainda havia a ação de grupos paramilitares e uma forte crise humanitária. O risco da eclosão de uma guerra civil e a falência das instituições estatais do Haiti fizeram com que a ONU agisse por meio do Conselho de Segurança e instaurasse a MINUSTAH (VALLER FILHO, 2007, p. 154).

4.2 A Concretização da MINUSTAH e a Perspectiva Brasileira

Fundamentadas no profundo quadro de instabilidade política e crise humanitária que se consolidara no Haiti, as Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança, determinam a instauração da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, com um mandato inicial de seis meses. De acordo com a ONU, a operação foi criada a fim de restaurar a segurança e a estabilidade do ambiente haitiano, promover os processos democráticos, reforçar as instituições do

Estado, as estruturas legais e proteger os direitos humanos (UNITED NATIONS PEACEKEEPING. 20--).

A MINUSTAH foi estabelecida pela Resolução 1542 do Conselho de Segurança, de 30 de abril de 2004. Desta vez, diferentemente de ocasiões anteriores, o Brasil votou favoravelmente à resolução e se prontificou a fazer parte da operação, por não considerar a MINUSTAH como uma tentativa de impor a paz, e sim uma iniciativa de manutenção da paz (VALLER FILHO, 2007, p. 156). Tal mudança de interpretação da resolução da ONU, se comparada a outras votações a respeito da situação haitiana, é importante no reconhecimento dos novos direcionamentos internacionais do Brasil.

De acordo com Bracey (2010, p. 319), evidencia-se uma descontinuidade na PEB a partir da mudança de posição do Brasil. Ao serem analisadas as posições do país relação à resolução 1529 e 1542. O autor argumenta que há, ainda que em medidas diferentes, sustentação do capítulo VII da Carta da ONU tanto na resolução 1529, que fora criticada pelo Brasil meses antes, quanto na resolução 1542, que contou com a aprovação total do Brasil e sua participação intensa. A participação brasileira na MINUSTAH, mesmo sob o caráter impositivo do capítulo VII, denota traços mais pragmáticos e agressivos na política externa brasileira.

Esta mudança de atitude da PEB em relação à leitura das missões de paz pode ser atribuída à mudança de governo do Brasil, que teve com a ascensão de Lula ao poder, a aceitação de um papel mais proeminente nas missões da ONU. Cavalcante (2010, p. 146) sustenta que durante os anos de Lula no poder, a diplomacia brasileira evitou o discurso de contrariedade ao capítulo VII da Carta da ONU e à intervenção na soberania de outros Estados, marcante nas décadas anteriores, e focou em disseminar ideias de priorização dos direitos humanos e ajuda na reconstrução dos países alvo de operações da ONU.

As missões de paz das Nações Unidas são iniciativas multinacionais e contam com a colaboração de vários Estados simultaneamente. Sendo assim, as atividades desempenhadas pelas missões são divididas entre os países colaboradores. Ao Brasil, foi concedido pela ONU, o comando militar da MINUSTAH

(VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.303), que pode ser considerado como a parte mais notável da operação, por controlar o maior efetivo e estar em evidência nas questões mais discutidas no meio internacional.

A MINUSTAH contaria com mais de 6.700 militares e cerca de 1.600 policiais e seu caráter internacional seria configurado pela origem de seus componentes. Assim, os países que contribuiriam com pessoal militar seriam, além do Brasil, a Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Croácia, Equador, França, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paquistão, Paraguai, Peru, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai. O contingente policial seria formado por Argentina, Benin, Bósnia Herzegovina, Brasil, Burkina Faso, Camarões, Canadá, Chade, Chile, China, Colômbia, Egito, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Granada, Guiné, Iêmem, Jordânia, Madagascar, Mali, Ilhas Maurício, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Romênia, Rússia, Senegal, Serra Leoa, Togo, Turquia, Uruguai, Vanuatu e Zâmbia (VALLER FILHO, 2007, p. 156).

O excerto de Valler Filho expõe o vultoso número de colaboradores da MINUSTAH, os quais estariam sob o comando militar brasileiro. A liderança militar se dá sobre contingentes de toda essa série de países, conferindo ao Brasil uma posição de contato imediato com forças militares de todas as partes do mundo. A relação militar estabelecida entre o Brasil e os demais componentes da MINUSTAH é vista por Bracey (2010, p. 327) como uma oportunidade de o Brasil comparar suas Forças Armadas e estratégias com as de outros países, aprimorar sua experiência em logística e inteligência e estabelecer a troca de informações e tecnologia.

Além de exercer o comando da operação, o setor militar do Brasil também forneceu o maior número de colaboradores. Em maio de 2004, o Brasil envia ao Haiti um efetivo de aproximadamente 1200 militares (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.303), o maior número de soldados brasileiros mobilizados internacionalmente desde a Segunda Guerra Mundial.

Para Bracey (2010, p. 324), a missão é um sinal do progresso da hegemonia brasileira na América do Sul, ao passo que a MINUSTAH é majoritariamente composta por países latino-americanos, com Argentina e Chile figurando entre os maiores contribuintes, e estes países concordaram em atuar sob o comando brasileiro, uma singela, porém significativa manifestação de como a liderança

brasileira já passava a ser reconhecida. Ainda segundo o autor, a relação estabelecida entre o Brasil e os demais países sulamericanos na MINUSTAH se torna uma forma de estreitar os laços entre os Estados em outras esferas além da militar, considerando a operação da ONU como uma forma de aproximar esses países em uma finalidade comum.

Até então, o Brasil já havia participado de dezenas de missões da ONU (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011?), sem tanto engajamento, mas a partir de 2003, percebe-se o aumento significativo do comprometimento brasileiro com as operações de paz.

The year 2004 represented a rupture with the previous tendency of timid contribution. In fact, when Luis Inácio Lula da Silva took over the Presidency in January 2003, there were 79 persons deployed in two UN missions, 76 of them serving in TimorLeste (DPKO, 2003). By contrast, as of May 2010, according to DPKO (2010a) figures, Brazil was involved in nine peacekeeping operations, with 2,246 persons (CAVALCANTE, 2010, p. 147).

Os dados expostos por Cavalcante no trecho acima são determinantes para visualizar as aspirações do Brasil, que se mostra disposto a deixar a condição de colaborador mediano nas operações da ONU e se tornar um membro mais ativo e importante das Nações Unidas, e tenta materializar essa disposição, inicialmente por meio da MINUSTAH.

(...) A administração atual enfatiza a cooperação Sul-Sul, um engajamento ativo em parcerias globais e regionais e a preferência pelo multilateralismo. Lula ainda vai além destes pilares tradicionais da diplomacia brasileira, promovendo ativamente a sua aspiração por uma condição de “primeiro entre iguais” na América do Sul. A Minustah permitiu ao Brasil assumir esse papel de liderança entre as nações sul-americanas ao contribuir para a missão (BRACEY, 2010, p. 323).

Neste excerto, Djuan Bracey pontua algumas características da modificação da PEB consolidada nos Governos Lula. A condição de “primeiro entre iguais”, vislumbrada pelo Estado brasileiro, pode ser vista como um argumento importante na aspiração brasileira ao Conselho de Segurança por caracterizar o Brasil como um representante natural da região, que enfrenta a mesma realidade dos demais países

vizinhos, por isso é capaz de representá-los, mas ao mesmo tempo teria projeção e capacidade suficiente para deliberar ao lado dos membros permanentes do CSNU.

Em relação à MINUSTAH, a fim de vislumbrar sua amplitude, detalham-se todos os ramos de ação da missão: Assuntos civís; Assuntos políticos; Agências das Nações Unidas; Direitos Humanos; Equipe de Condução e Disciplina; Humanitário; Justiça; Militar; Polícia das Nações Unidas; Proteção infantil; Redução da Violência; Unidade Correcional; Unidade de Gênero; Unidade de HIV / AIDS (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 201-). Tais atividades, desempenhadas em conjunto, seriam segundo a ONU, suficientes para contemplar os objetivos da missão. Como é visível, o campo de ação da MINUSTAH se dá em vários aspectos, tendo a finalidade de restaurar completamente as estruturas haitianas, desde as questões humanitárias, até a reestruturação estatal.

Iniciativas de cooperação humanitária e técnica foram empreendidas pelo Brasil na MINUSTAH. A companhia de engenharia militar brasileira atuou na construção de estruturas importantes para a sociedade haitiana e técnicas de desenvolvimento agrícola desenvolvidas no Brasil foram ensinadas e aplicadas na missão (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 201-).

Além de a instabilidade política ser recorrente no Haiti, o que por si só já é um gerador de crises estatais e humanitárias, o país se situa em uma região onde ocorrem desastres naturais com relativa frequência. Um dos momentos mais marcantes e críticos da missão se dá em janeiro de 2010, quando um dos terremotos mais devastadores da história atinge o Haiti, deixando cerca de 230 mil mortos, 300 mil feridos e 2,3 milhões de desabrigados, o que corresponde a quase $\frac{1}{4}$ da população do país (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 201-). O terremoto devastou a capital haitiana e grande parte da região central do país, dificultando o trabalho das Nações Unidas e fazendo que fosse perdida uma parcela significativa dos avanços feitos pela MINUSTAH. No desastre, 102 membros das Nações Unidas morreram. A partir da ocorrência do terremoto, a MINUSTAH aumentou significativamente o seu efetivo e ofereceu assistência humanitária para cerca de

4,3 milhões de pessoas e ajudou a oferecer abrigo temporário para aproximadamente 1,5 milhão (UNITED NATIONS PEACEKEEPING, 201-).

A Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti durou de junho de 2004 a outubro de 2017, em meio a várias prorrogações do mandato por parte da ONU, visto que a princípio, a operação duraria apenas seis meses. O Brasil forneceu à missão durante seus 13 anos de duração, um efetivo sem precedentes na história brasileira nas missões de paz da ONU (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018?). No lugar da MINUSTAH, foi implantada a MINUSJUSTH, Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti, com o objetivo de fortalecer o poder judiciário e a polícia haitiana, servindo como um processo transitório entre a presença massiva das Nações Unidas no país, como ocorreu entre 2004 e 2017, e a sua autossuficiência de gestão.

4.3 Apreciação do engajamento brasileiro na MINUSTAH até 2010

Buscou-se até o momento, evidenciar o elo entre os objetivos estratégicos da PEB, o setor militar brasileiro e a diligência das Nações Unidas no contexto da MINUSTAH, impulsionada pela necessidade do Haiti em seu profundo contexto de instabilidade política. Elementos de crítica às operações de paz e à MINUSTAH, vastos no meio acadêmico das RI, não foram priorizados, ao passo que este trabalho visa, primordialmente, a tratar do engajamento brasileiro na missão do Haiti como uma estratégia para se integrar permanentemente ao CSNU.

O Brasil sente grande orgulho pelo convite que lhe foi feito para acomodar a missão de paz no Haiti. A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo. Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um país irmão. (...) A instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação. Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti estamos exercendo nossa responsabilidade internacional. (PRESIDÊNCIA, 2004, pp. 2-3).

Tais palavras são parte do discurso do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva proferido em 31 de maio de 2004, na partida das primeiras tropas brasileiras rumo ao Haiti. Em seu discurso, Lula reforça o compromisso brasileiro com a comunidade internacional e realça a capacidade do Brasil em lidar com uma questão relevante no SI. Ao evidenciar tais características de sua política externa, o ex-presidente denota a aptidão de seu país a fazer parte das estruturas mais robustas da ONU e rumar fortemente à liderança internacional.

Para Valler Filho (2007, pp. 175-239), a participação do Brasil na MINUSTAH seria coerente com seus objetivos relacionados ao Conselho de Segurança, projetando a imagem brasileira em uma das questões mais relevantes do cenário internacional à época, expondo um caráter contrário ao certo grau de passividade com o qual o Brasil tratava as questões internacionais mais centrais até então. Tal iniciativa de se posicionar firme e integrativamente em relação ao Haiti, segundo o autor, renova e impulsiona o pleito brasileiro por um assento permanente no CSNU.

Bracey sustenta uma hipótese semelhante à de Valler Filho, atribuindo um caráter positivo à participação brasileira na missão de paz. Nesse contexto, o autor afirma que “as missões da ONU permitem o treinamento das Forças Armadas e integração militar na América do Sul a um custo relativamente baixo. As missões também aumentam o prestígio em relação à comunidade internacional” (BRACEY, 2010, p. 327). Em suma, sua ótica é favorável à participação brasileira na MINUSTAH.

A visão exposta por Vigevani e Cepaluni concorda com os autores citados anteriormente no que concerne à participação brasileira na operação da ONU ser um passo favorável ao pleito brasileiro pelo CSNU, e acrescentam que se bem conduzidas, as participações brasileiras nas missões de paz da ONU, tais diligências podem diminuir as assimetrias históricas entre o Brasil e as grandes potências. Os autores concordam que o papel brasileiro na MINUSTAH é um exemplo bem consolidado de “autonomia pela diversificação”, que significa, em suma, a busca de alternativas nas relações com outros Estados e a capacidade de intervenção em

assuntos internacionais que não dizem respeito a interesses necessariamente próximos ou imediatos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, pp. 303-325).

Na ótica de Cavalcante (2010, pp.150-155), a participação em 6 das 8 missões de paz iniciadas pela ONU entre 2003 e 2010, além da liderança exercida na MINUSTAH, mostra a ruptura com a política de participação tímida nas operações das Nações Unidas presente nos regimes brasileiros anteriores. As Forças Armadas do Brasil ganham experiência de campo e se aprimoram com um custo relativamente baixo. O autor classifica a participação brasileira na MINUSTAH como positiva, no entanto, propõe que há a ausência de uma estratégia melhor definida para alcançar os objetivos da PEB por meio das missões da ONU, dificultando o cumprimento de tais objetivos.

Uma visão de críticos à participação do Brasil na MINUSTAH é exposta no texto de Bracey (2010, pp. 325-326), elencando uma série de visões contrárias à iniciativa brasileira. O autor apresenta a opinião de alguns críticos que consideram a MINUSTAH como uma missão impossível e que a falência do Estado haitiano, aliada aos constantes desastres naturais do país impossibilitaria o sucesso da operação, fadando o Haiti ao fracasso. É apresentado um relato de moradores de uma favela de Porto Príncipe, que consideram as tropas brasileiras passivas e que assistem aos tiroteios na cidade sem tomar atitudes. O general Augusto Heleno Pereira, ex-comandante da MINUSTAH, aponta que os militares brasileiros foram incapazes de cumprir seu papel e classifica a missão como “ingenuamente utópica e cruel” (BRACEY, 2010, p. 326). Outros opositores retratados por Bracey argumentam que a operação da ONU feriu a soberania do Haiti, e legitima o imperialismo das grandes potências. Há ainda, críticos que expõem os gastos financeiros do Brasil na MINUSTAH como equivocados, considerando que tais quantias poderiam ser aplicadas na solução de problemas locais.

Em boa parte das égides retratadas, a participação brasileira na Missão do Haiti é vista como positiva por aproximar o Brasil de seus objetivos estratégicos relacionados ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, para obter-se um balanço justo da situação, é necessário considerar que o Brasil não

logrou êxito em seu pleito por uma vaga permanente no CSNU no período retratado por este trabalho (e nem posteriormente, até a data de publicação). Situações como a forte crise financeira de 2008 e as alternâncias dos comandos da ONU e de seus principais membros, acabaram por esvaziar os ímpetos de reforma da instituição e reduzir as possibilidades de novos países serem membros permanentes do CSNU (IANDOLI, 2017).

Levando em conta as visões, tanto de opositores, quanto de apoiadores da posição brasileira na MINUSTAH, adicionando os elementos conjunturais do Brasil expostos nos capítulos anteriores deste trabalho e visualizando o não cumprimento da aspiração brasileira para com o Conselho de Segurança, é possível considerar que a integração do Brasil à ONU de 2003 a 2010, na forma do comando da MINUSTAH é uma manifestação da ascensão do país na comunidade internacional, assumindo um papel de destaque em meio a uma situação importanteno contexto do SI, no entanto, teve falhas e não conseguiu, por si só, cumprir o objetivo brasileiro de integrar permanentemente o CSNU.

É possível dimensionar a experiência adquirida pelo setor militar do Brasil até 2010, tendo em vista a variedade de países que atuaram sob o comando dos militares brasileiros e o conhecimento adquirido em uma missão tão complexa e duradoura. Vale considerar que para um país sem tradições de participação veemente em guerras, integrar e comandar a MINUSTAH são exercícios extremamente relevantes ao meio militar.

4.4 Considerações finais

O capítulo expõe o contexto histórico do Haiti responsável pala recorrente instabilidade política do país, traçando brevemente, a trajetória política haitiana ao longo dos séculos, o que visa aprimorar o entendimento das questões que levaram o Haiti a necessitar de uma intervenção da ONU. Nota-se que a série de desventuras e discontinuidades políticas está direta e historicamente ligada à “falência” do Estado haitiano.

Pretendeu-se evidenciar a conjuntura haitiana específica que demandou a ação das Nações Unidas na forma da MINUSTAH. Ao longo da década de 1990, a ONU interviu no Haiti algumas vezes de forma pontual, para amenizar a curto prazo as tensões políticas e a violência no país. A instauração da MINUSTAH é uma materialização das tendências das missões de paz as Nações Unidas no século XXI, que diversifica os focos da operação a fim de estruturar o Estado por completo.

O capítulo visou expor os elementos mais relevantes da Missão para Estabilização no Haiti a fim de referenciar ao leitor as dimensões e a relevância da operação retratada. O trabalho não pretendeu avaliar os resultados finais da MINUSTAH, visto que a operação terminou em 2017, período que vai além do recorte temporal aplicado, se atendo aos desdobramentos ocorridos até 2010. Os elementos da operação de paz não são vistos de forma profunda, visto que o capítulo também não pretendeu expor todos os âmbitos e ações pontuais da missão, tendo como objetivo central as interpretações acerca da participação do Brasil e seus objetivos pragmáticos.

A última seção deste capítulo buscou apresentar as opiniões dos diversos autores utilizados, acerca da possibilidade de o Brasil alcançar seu objetivo relacionado ao Conselho de Segurança e a relação com a participação brasileira na MINUSTAH. O trabalho propôs opiniões diversificadas dos autores, tanto críticas, quanto favoráveis, a fim de embasar uma avaliação própria da situação. Tal avaliação pode ser resumida pelos seguintes parágrafos:

A MINUSTAH foi uma experiência positiva para as Forças Armadas do Brasil, oportunizando sua ação em campo por meio de uma situação real e complexa, foi uma chance para o aprimoramento técnico e ganho de experiência. O comando militar exercido pelo Brasil nesta situação foi uma forma de colocar o país em evidência perante a comunidade internacional, reforçando a imagem brasileira como um possível líder e Estado forte no SI, podendo exercer comando e lidar com situações complexas como a do Haiti.

Quanto às despesas brasileiras relacionadas à MINUSTAH, é possível considerar que se tais quantias fossem investidas em solo brasileiro, a população

teria mais benefícios imediatos, no entanto, os gastos do Brasil com a operação são um investimento de médio e longo prazo, e o fortalecimento do país perante o meio internacional, pode ser capaz de trazer benefícios muito maiores ao povo brasileiro.

Em relação à demanda não cumprida por uma vaga permanente no Conselho de Segurança, pode-se interpretar como uma frustração às expectativas da PEB, no entanto existe, ainda que não da forma esperada, o fortalecimento do Brasil como uma liderança no SI, comandando contingentes de dezenas de países ao longo da MINUSTAH e se mostrando capaz de lidar com as operações de paz. Há a necessidade de se estabelecer uma estratégia mais elaborada e pragmática para que o Brasil possa concluir, futuramente, o seu pleito para se tornar um membro permanente do CSNU.

5 CONCLUSÃO

Ainda que o Brasil não tenha obtido sucesso em seu pleito por uma vaga permanente no Conselho de Segurança, a cooperação internacional se fez uma estratégia válida e proveitosa da PEB de 2003 a 2010, visto que mesmo que sem cumprir sua meta principal, foi capaz de fortalecer a economia e a projeção internacional brasileira, através de sua atuação conjunta com a ONU e outras instituições. A cooperação internacional deu-se ainda na formação de blocos econômicos e no desenvolvimento das instituições regionais, o que era visto com grandes dificuldades na teoria proposta. O crescimento brasileiro no meio internacional, apoiado principalmente nas iniciativas cooperativas, evidencia certo grau de obsolescência neste setor do Realismo Ofensivo.

O setor militar, altamente valorizado pela teoria de Mearsheimer, é largamente utilizado pelo Brasil no contexto analisado na tentativa de alcançar seus objetivos, tendo influência no crescimento da projeção internacional brasileira, no entanto, as forças militares brasileiras são aplicadas em um contexto mais moderno e integracionista do que o Realismo Ofensivo prevê, servindo muito mais como uma forma de amparar um Estado em colapso e se integrar às Nações Unidas, do que uma iniciativa de coerção e defesa. A vantagem brasileira em relação aos demais Estados da América do Sul, em termos militares, pode ser lida como uma das bases da liderança brasileira na região. A superioridade militar ainda é capaz de amparar a hegemonia de um Estado, mas no contexto contemporâneo das Relações Internacionais, não é mais a única maneira de fazê-lo.

É possível considerar as premissas principais do Realismo Ofensivo, como a anarquia internacional, a luta pelo poder e a relevância do meio militar válidas até os dias de hoje, embora a teoria não seja mais capaz de interpretar algumas características contemporâneas do SI provenientes do período posterior à Guerra Fria e da globalização, tais quais os novos arranjos das instituições internacionais e as iniciativas recentes de cooperação. A tradução do poder latente em poder militar ainda é válida, no entanto, mostram-se na atualidade, outras formas eficazes de

expansão dos interesses estatais, como a produção tecnológica e o crescimento econômico.

No período analisado, o Brasil aumentou sua projeção internacional, apoiando-se em iniciativas diplomáticas, instituições internacionais e iniciativas cooperativas, e ainda que não conquistado, de 2003 a 2010, o espaço para ser considerado como uma grande potência internacional, o país adquiriu aspectos de liderança, tomando a frente do desenvolvimento regional da América do Sul, se integrando com mais proeminência às Nações Unidas e diversificando suas zonas de influência no SI. Os meios diplomáticos e econômicos, tratados por Mearsheimer como parte do poder latente do Estado, foram ampliados pelo Brasil de 2003 a 2010.

Como resposta à pergunta de pesquisa “Qual o perfil e a dimensão da liderança internacional exercida pelo Brasil de 2003 a 2010?”, pode-se considerar que a liderança brasileira se dá com o perfil de país emergente e promissor, se consolidando como um dos Estados da vanguarda das novas tendências da comunidade internacional, como a cooperação e formato atualizado das operações de paz da ONU. Tal liderança se baseia principalmente na América do Sul, tornando-se “o primeiro entre os iguais” (BRACEY, 2010, p. 323), amparado pela importante figura de Luís Inácio Lula da Silva, que serviu nas linhas de frente da diplomacia brasileira, se estende por mais partes do SI por meio das iniciativas de diversificação diplomática e culmina na importante tentativa, ainda que inconcluída, de obter um assento permanente no CSNU. A liderança internacional brasileira pode ser dimensionada como intermediária, ao analisarmos questões como a inserção multilateral brasileira em meio à ordem internacional multipolar, o número de países comandados pelo Brasil na MINUSTAH, a notoriedade do país na alavancagem das instituições regionais e blocos econômicos e a expansão das zonas de influência brasileira, elevando o país a uma dimensão importante no meio internacional, tornando-o um player global, no entanto, não sendo suficiente para inserir o Brasil como uma potência global de primeiro nível, como Estados Unidos e China.

Nota-se que o período foi proveitoso e fértil ao Brasil, mas poderia ser ainda mais positivo se houvesse melhor planejamento das estratégias da política externa

brasileira, possivelmente coroando o país com a ambicionada vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A liderança internacional brasileira pode crescer em momentos posteriores a partir da prosperidade econômica e de boas administrações com alta eficiência diplomática. Considera-se, que de 2003 a 2010, o exercício de liderança internacional pelo Brasil é expressivo, principalmente se comparado a outros momentos da história brasileira.

REFERÊNCIAS

PRINCIPAIS FONTES LEGAIS E/OU DOCUMENTAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945, pp. 25-36. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2019.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, In: UNASUL – CDS. **Normativa UNASUL – CDS – CEED – ESUDE**, 2008. pp. 65-117. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasul_2017.pdf> Acesso em: 01 jun. 2019.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, 2014. pp. 5-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n1/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

ALSINA JR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, n. 2, 2009, pp. 173-191. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/10.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, 2011. pp. 315-331. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010285292011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 mai. 2019.

CAVALCANTE, Fernando. Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53 n. 2, 2010. pp. 142-159. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/358/35818465008.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

CORRÊA, Luís Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Ed. revista e atualizada, 2007. pp. 699-727.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA DAS NAÇÕES UNIDAS. **O Sistema das Nações Unidas**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/12/organograma.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista OIKOS**. Rio de Janeiro, v. 6, n.2, 2007. pp. 77-106. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul: O desafio da inserção internacional soberana**. Texto para Discussão, n. 1560. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1560.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu 'entorno estratégico' na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-liberais no Brasil – Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. pp. 31-52. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/10-anos-de-governos-pos-neoliberais-no-brasil-448>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **As 15 maiores economias do mundo**, 2017. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/teses-e-dissertacoes/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, v. 50, n. 18, 2004. pp. 295-203. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

HERZ, Monica. O Brasil e a Reforma da ONU. **Revista Lua Nova**, n. 46, 1999. pp. 46-99. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=N4S2u2nPp9YC&oi=fnd&pg=PA77&dq=+reformas+no+conselho+de+seguran%C3%A7a+e+o+brasil+&ots=7k1Lme>>

[O_SH&sig=y3yJaAP90d46Dz4wVLWruNJOvCA#v=onepage&q&f=false](#)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

IANDOLI, Rafael. Brasil não entra no Conselho de Segurança da ONU até 2033. Isso é bom ou é ruim?. **Nexo**, 2017.

Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/20/Brasil-n%C3%A3o-entra-no-Conselho-de-Seguran%C3%A7a-da-ONU-at%C3%A9-2033.-Isso-%C3%A9-bom-ou-%C3%A9-ruim>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

IMPERIAL WAR MUSEUM. *Timeline of 20th and 21st Century Wars*, 2018.

Disponível em: <<https://www.iwm.org.uk/history/timeline-of-20th-and-21st-century-wars>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Tradução Bárbara Duarte. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. pp. 62-86; 155-165. Tradução de Introduction to International Relations: Theories and Approaches.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**: Passado, Presente e Futuro. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. pp 51-82.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**. Adaptação Lana Mara Siman. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. pp. 223-231. Tradução de La construction des savoirs: manuel de methodologie en sciences. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fBGpX35CuTg_NIVyPkkLW1uu2FtZ9x9B/view>. Acesso em: 21 set. 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**: Oxford University Press. v. 82, n. 1, 2006, pp. 21-40. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3569128>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

LUCENA, Laryssa Lyryanne Medeiros de. **O Brasil e a MINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira “altiva” e “ativa” em operações de paz das Nações Unidas**. Instituto de Relações internacionais da Universidade de Brasília: Brasília, 2013. pp. 18-29. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8291/1/2013_LaryssaLyryanneMedeirosdeLucena.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: Uma História de instabilidade Política. In: Encontro Regional de História: História e Liberdade, n. 20, 2010, ANPUH/SP – UNESP-Franca. **Texto integrante dos anais**. São Paulo, 2009. pp. 1-16. Disponível em:
<<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy Of The Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, Inc, 2001. pp. 11-42; 55-83.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **As Missões de Paz do Brasil**. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/artigos-e-entrevistas-do-ministro/171-menu-superior/area-de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/18208-as-missoes-de-paz-do-brasil>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa/ Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível em:
<https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Desarmamento Nuclear e Não Proliferação**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/146-desarmamento-nuclear-e-nao-proliferao-nuclear>>. Acesso em 21 dez. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>>.

[externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas](#)>. Acesso em: 21 mai. 2019.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A Inserção Externa da Indústria Brasileira de Defesa: 1975/2010**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Texto Para Discussão, Brasília, n. 1715, 2012. Disponível em <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1715.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Como Funciona: Conselho de Segurança**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. 2008, pp. 6-41. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

NASSER, Reginaldo Mattar (Org.); MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014. pp. 21-43. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf>. Acesso em: 05/05/2019.

NATIONS UNIES MAINTIEN DE LA PAIX. **MINUSTAH: Faits et Chiffres**. Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/faits-et-chiffres>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. pp.20-55; 66-102.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a segurança regional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, 2000. pp. 108-129. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a05.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, 2009. Disponível em: <

<http://interessenacional.com.br/2009/04/01/a-estrategia-nacional-de-defesa-e-a-reorganizacao-e-transformacao-das-forcas-armadas/> >. Acesso em: 04 fev. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti.** Brasília, 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/GuilhermeBalbino/Downloads/31-05-2004%20Discurso%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20na%20cerimonia%20de%20embarque%20das%20tropas%20militares%20.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *On-line, Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 28, n.1, 2002. pp. 167-182. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23793/4278>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares das décadas de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 1, 2000. pp. 69-98. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100004>. Acesso em: 23 abr. 2019.

REZENDE, Lucas Pereira. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2014. pp. 519-548. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0519.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-liberais no Brasil – Lula e Dilma.** . São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. pp. 135-145. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/10-anos-de-governos-pos-neoliberais-no-brasil-448>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, 2007. pp. 42-49. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Military expenditure by country, in constant (2017) US\$ m., 1988-2018**, 2019. Disponível em:

<<https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932018%20in%20constant%20%282017%29%20USD%20%28pdf%29.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

THE WORLD BANK GROUP. **World development Indicators**, 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **MINUSTAH Fact Sheet**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: A Cooperação Técnica Como Instrumento de Solidariedade e de Ação Diplomática**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2007. pp. 139-249.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, 2007, p. 273-335. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. 3 ed. Lisboa: Gradiva, 2015. pp. 60-88. Tradução de Theory Of International Politics.

WALTZ, Kenneth N. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, v. 18, n. 2, 1993, pp. 44-79. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539097?seq=2#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 mai. 2019.